


Roselito de Oliveira (Org.)



A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM SUA MULTIDISCIPLINARIDADE

PERSPECTIVAS DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO



ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS
(Org.)

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM SUA MULTIDISCIPLINARIDADE:

PERSPECTIVAS DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

 **Edufal**
Editora da Universidade Federal de Alagoas

Maceió-AL

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFAL

Eraldo de Souza Ferraz – Presidente	José Ivamilson Silva Barbalho
Diva Souza Lessa – Gerente	José Márcio de Moraes Oliveira
Fernanda Lins de Lima – Coordenação Editorial	Juliana Roberta Theodoro de Lima
Mauricélia Batista Ramos de Farias – Secretária Geral	Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
Roselito de Oliveira Santos – Bibliotecário	Mário Jorge Jucá
Alex Souza Oliveira	Muller Ribeiro Andrade
Cícero Pérciles de Oliveira Carvalho	Rafael André de Barros
Cristiane Cyrino Estevão	Sílvia Beatriz Beger Uchôa
Elias André da Silva	Tobias Maia de Albuquerque Mariz
Felipe Ernesto Barros	

CONSELHO CIENTÍFICO DA EDUFAL

César Picón – Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)
Gian Carlo de Melo Silva – Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
José Ignacio Cruz Orozco – Universidade de Valência - Espanha
Juan Manuel Fernández Soria – Universidade de Valência - Espanha
Junot Cornélio Matos – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Nanci Helena Rebouças Franco – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Patricia Delgado Granados – Universidade de Servilha-Espanha
Paulo Manuel Teixeira Marinho – Universidade do Porto - Portugal
Wilfredo Garcia Felipe – Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima – Coordenação

Roselito de Oliveira Santos – Registros e catalogação

Diagramação e capa: Ed Vasconcelos

Imagem de capa: Leonardo A.I

Revisão de Língua Portuguesa e Normalização (ABNT): Carol Almeida Ribeiro

Catálogo na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4/1633

C569 A ciência da informação em sua multidisciplinaridade :
perspectivas da mediação da informação / Roselito de
Oliveira Santos (Org.). Maceió : EDUFAL, 2025.
95 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5624-486-0 E-book

1. Ciência da informação-pesquisa 2. Mediação da
informação. 3. Práticas bibliotecárias. I. Santos, Roselito
Oliveira, org.

CDU: 002.2

Direitos desta edição reservados à

Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Centro de Interesse Comunitário (CIC)

Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões

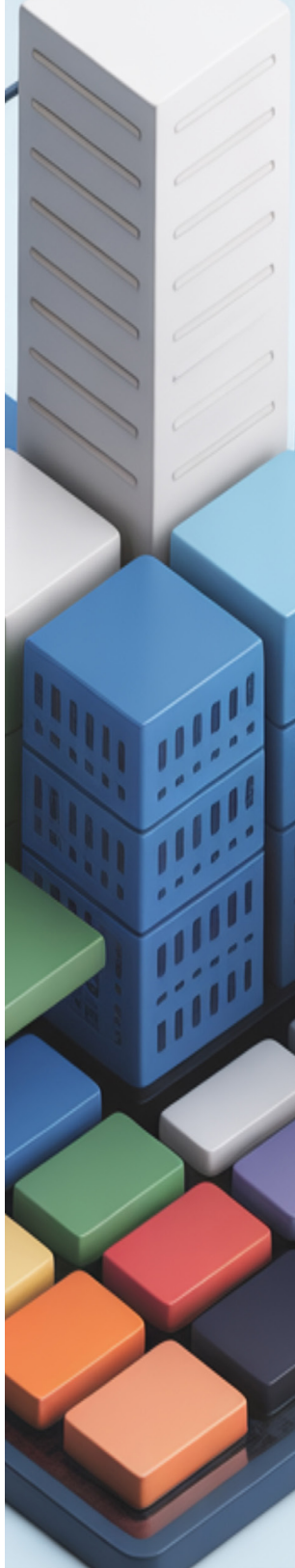
Cidade Universitária, Maceió/AL Cep: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br | contato@edufal.com.br | (82) 3214-1111/1113

Editora afiliada:



Dedicamos esta obra aos pesquisadores da
Ciência da Informação.



AGRADECIMENTOS

A Deus e ao universo pela oportunidades felizes da vida!

À Universidade Federal de Alagoas e sua Editora, pelo compromisso com a divulgação científica;

Aos pesquisadores da área da Ciência da Informação, que foram atores essenciais em nosso aprendizado;

Aos nossos familiares!





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 11

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NOS REPOSITÓRIOS, 15

Valter dos Santos Andrade

Robéria de Lourdes de Vasconcelos Andrade

CAPÍTULO 2

A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 31

Girlaine da Silva Santos

Ronaldo Ferreira de Araújo

CAPÍTULO 3

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE LADISLAU NETTO, 43

Almiraci Dantas dos Santos

CAPÍTULO 4

A PESSOA BIBLIOTECÁRIA: SUA FORMAÇÃO ÉTICA DEONTOLÓGICA E A CENSURA, 55

Franciane Monick Gomes de França



CAPÍTULO 5

QUESTÕES SOBRE LIVROS E LEITURA EM ALAGOAS A PARTIR DO GABINETE DE LEITURA DE MACEIÓ: MUITAS PERGUNTAS E ALGUMAS RESPOSTAS, 71

Roselito de Oliveira Santos

SOBRE AUTORES/AS, 89



APRESENTAÇÃO

O curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas entra na sua maturidade ao completar 30 anos em 2028 e, sempre conectado com as necessidades de informação do nosso estado, lança no mercado profissionais da Informação – bibliotecários – qualificados pelo seu Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação desde 2019. Nessa esteira de conhecimentos, trazemos neste trabalho, intitulado A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM SUA MULTIDISCIPLINARIDADE: PERSPECTIVAS DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, alguns dos egressos daquele curso com suas produções de pesquisas que foram parte de seus Trabalhos de Conclusão de Curso na Ufal. Assim, o capítulo 1, apresenta a pesquisa “A representação da informação e sua importância nos repositórios”, de autoria de Valter dos Santos Andrade e Robéria de Lourdes de Vasconcelos Andrade, no qual aborda a importância da representação da informação nos ambientes digitais para uma melhor e mais eficaz recuperação de informações no mundo virtual, dentro dos repositórios institucionais. Lembrando que todo o trabalho técnico e teórico dos bibliotecários é sempre no afã de facilitar mais e promover, em





tempo cada vez menor, o acesso a qualquer tipo de informação de que o usuário precisa. No capítulo 2, “A temática étnico-racial no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas”, é assunto da pesquisa da mestra Girlaine dos Santos Silva e Ronaldo Ferreira de Araújo, abordando a importância da visibilidade das pessoas negras nas pesquisas acadêmicas contidas no Repositório da Ufal, questão tão em voga ultimamente e que vem crescendo, por causa da importância da temática. Por sua vez, Almiraci Dantas, nos fala sobre “A mediação da Informação na Gestão de Ladislau Neto”, no capítulo 3. A figura que aparece no título foi gestor do Museu Nacional, e aqui a pesquisadora aborda a forma como este conduziu a gestão informacional daquele museu no seu tempo. A museologia é umas das irmãs da Ciência da Informação, sendo a primeira a Biblioteconomia, seguida pela Arquivologia, compondo o que se convencionou chamar de “As três Marias da Ciência da Informação”, hoje expressão desusada, mas que entrou para a história da nossa profissão no passado. A pesquisadora Monick Gomes apresenta no capítulo 4 desta coletânea, a questão do exercício ético do profissional, o código deontológico e os formandos em Biblio, ante execuções/tentativas de censura informacional.

E, encerrando a coletânea, temos o único autor presente, que não é oriundo da Pós-Graduação em Ciência da Informação da Ufal, visto que no ano em que ingressou no mestrado em Educação na mesma Universidade, a Biblioteconomia ainda não instalara o curso de pós-graduação, e ele efetivou-se como o primeiro bibliotecário do Sistema de Bibliotecas da Ufal a concluir mestrado. Nesse contexto, seu interesse de pesquisa permeou sempre a área de acesso a livros e leitura em Alagoas e traz, neste contexto, “As questões sobre livro e leitura em Alagoas a partir do Gabinete de Leitura de Maceió: muitas perguntas e algumas respostas”. Abordando a questão do

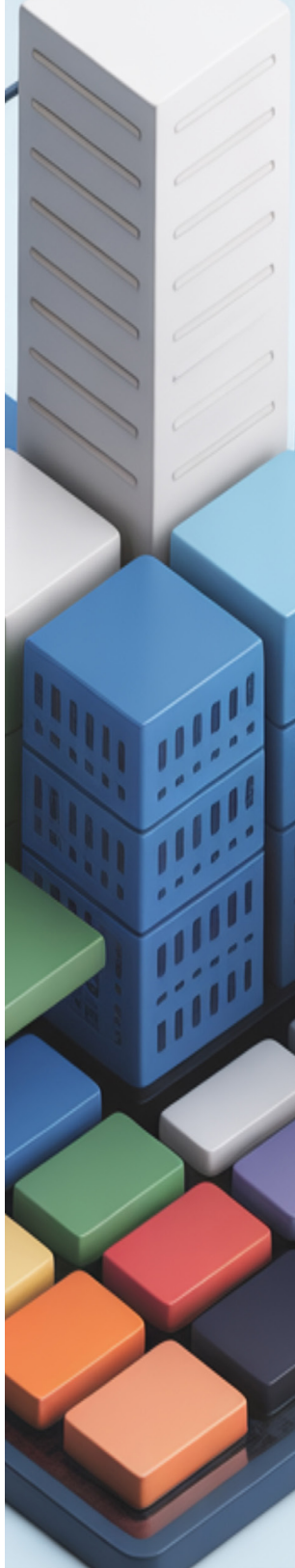




precário acesso à livros, leitura e informação como um todo, a partir do século XIX, quando ocorreu o advento do Gabinete de Leitura de Maceió, que foi uma iniciativa dos intelectuais iluministas da época, mas que a rigor não resolveu a questão, em função das práticas culturais viciadas da nossa sociedade. Traz o percurso dessa história até o século XXI, mas ainda sem respostas positivas para oferecer ao público, pois é uma questão que também passa pela vontade política dos dirigentes, a qual sempre foi mesquinha, quando se trata de subvencionar cultura ao povo. Enfim, é com grande felicidade que trazemos esses discursos a público nesta comunicação, agradecendo o apoio da Edufal, na pessoa de seu diretor Prof. Dr. Eraldo de Souza Ferraz, e da mestra em Ciência da Informação Fernanda Lins de Lima.

Roselito de Oliveira Santos
Organizador







CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NOS REPOSITÓRIOS

Valter dos Santos Andrade
Robéria de Lourdes de Vasconcelos Andrade

A representação da informação é fundamental para o processo de organização, acesso e recuperação dessa informação, principalmente em ambientes digitais, como os Repositórios Institucionais (RIs). Através da web, a ampliação do acesso e do uso das tecnologias vem tornando o ambiente digital o principal meio de busca, acesso, disseminação e produção de conteúdos informacionais.

Arakaki e Castro (2020) argumentam que a intensa produção e a disseminação de dados através do meio digital proporcionaram inúmeros benefícios para a sociedade no que diz respeito ao acesso e à democratização da informação, na medida em que se ampliam as formas dessa disponibilização e a difusão dos recursos informacionais.



A boa representação da informação em ambiente digital poderá proporcionar ao usuário uma experiência mais satisfatória, pois será capaz de suprir as necessidades informacionais em tempo hábil, disponibilizando o(s) item(ns) documental(is) pertinente(s), entregando a informação relevante com mais clareza, rapidez e satisfação ao interagir com o sistema de informação no ambiente digital.

Para que tudo isso aconteça, é necessária integração e interação entre o usuário e o sistema de informação. Martins e Côrtez (2019, p. 178) ressaltam que o usuário será sempre o foco principal e pontuam que:

É fundamental considerar o usuário como protagonista nos sistemas de informação, levando em consideração os marcadores sociais nos quais está inserido, com respeito à alteridade para que suas necessidades informacionais sejam satisfeitas e os conteúdos de seu interesse estejam representados adequadamente.



A representação deve levar em conta todos os contextos que fazem parte do cotidiano do usuário, os aspectos sociais, culturais e econômicos, incluindo também os aspectos cognitivos. Com isso, torna-se cada vez mais necessária a adoção de princípios e métodos que possam representar com exatidão o acervo, de modo que possibilitem o acesso e a recuperação dessas informações.

Nesse sentido, em ambientes tradicionais de informação, como bibliotecas, arquivos, centros de documentação e museus, a representação da informação é um processo que pode utilizar linguagem específica oriunda de tesouros, índices e catálogos. Entretanto, nos ambientes digitais, como os RIs, o uso desses instrumentos ainda é muito incipiente, tendo em vista que a

liberdade de interação dos usuários com o sistema de informação leva à utilização, na maioria das vezes, da linguagem natural, sem preocupação com a padronização dos termos registrados através do autoarquivamento.

Miranda e Delfino (2016, p. 53) definem os RIs como

[...] ferramentas de acesso aberto que têm o objetivo de reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na instituição, bem como às suas coleções históricas, e outros documentos relevantes para a organização.

Portanto, trata-se de um valioso instrumento para projetar a instituição nos âmbitos local e global, revelando todo o seu potencial através das produções científicas e acadêmicas, capaz de aproximar a sociedade através das inovações oriundas dessa instituição.

Conforme argumenta Lancaster (2004), os problemas principais da representação da informação no Sistema de Recuperação de Informação (SRI) são definir o conteúdo informacional dos documentos e determinar sua relevância nas buscas.

No tocante ao sistema padronizado em RIs, Villalobos e Gomes (2015) consideram fundamental o processamento técnico do recurso informacional para o processo de comunicação, permitindo buscar e recuperar a informação de modo eficiente e eficaz. Entretanto, os autores enfatizam que, apesar da tendência à disponibilização de conteúdos digitais, ainda existe carência de ações para padronizar os metadados na representação dos documentos armazenados em ambientes digitais no que concerne à prática da indexação.

Para Oliveira e Santos (2024, p. 140):

A indexação trata-se de uma operação integrante do tratamento temático da informação com o





objetivo de representar o conteúdo dos materiais informacionais a partir de metadados temáticos.

Esses metadados podem ser provenientes da linguagem natural e/ou de instrumentos de controle terminológico, tais como tesouros, índices e ontologias, elaborados por bibliotecários e profissionais capacitados.

A indexação dos cabeçalhos de assunto nos repositórios

A indexação, ponto determinante para o sucesso ou o insucesso em uma busca, apresenta-se como fundamental para a representação e a recuperação da informação, principalmente nos meios digitais, como os repositórios.

Freitas (2019, p. 26) define a indexação como um processo fundamental para a identificação dos conteúdos de um documento. Para ela, a indexação caracteriza-se como

Um processo essencial para as atividades informativas, ao passo que visa identificar o conteúdo do documento e descrevê-lo mediante termos provenientes de uma linguagem de indexação que o represente, isto é, que consiga favorecer a busca e o entendimento do usuário sem a necessidade de leitura do seu conteúdo. Seu objetivo é, portanto, atender às necessidades dos usuários na busca por informação.

Daí a importância na escolha dos termos ou descritores que identificam um determinado item, pois eles possibilitam sua mensuração quanto à pertinência e à relevância para uma determinada pesquisa, principalmente nos ambientes digitais, em que se encontra um grande volume de informação.



Lancaster (2004) considera a indexação em duas etapas: análise conceitual e tradução. A análise conceitual se refere à extração de conceitos que representem o conteúdo de um documento e “[...] implica decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto”, enquanto a tradução consiste na representação dos documentos em termos oriundos de instrumentos de indexação e “[...] envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação” (Lancaster, 2004, p. 18).

Os instrumentos de indexação auxiliam os indexadores a escolher termos padronizados pertencentes a um campo específico de conhecimento, numa linguagem controlada comum entre os pares. Segundo Dias e Naves (2007, p. 6), esses instrumentos de indexação são chamados de linguagens de indexação ou linguagens documentárias e, “depois de traduzidos para uma linguagem de indexação, passam a ser chamados de descritores de assunto, rótulos, cabeçalhos de assunto, termos de indexação ou enunciados”.

No que concerne à tradução, Lancaster (2004) propõe a tipificação em indexação por extração – ou derivada – e a indexação por atribuição. No primeiro caso, as palavras ou expressões empregadas pelo autor no item documental são selecionadas pelo indexador para representar seu conteúdo. Ao empregar esse recurso, o indexador faz uso da chamada linguagem natural: seleciona palavras encontradas no título, nas palavras-chave ou no próprio conteúdo informacional do documento. No segundo caso, indexação por atribuição, como o próprio nome diz, são atribuídos descritores ao documento utilizando uma linguagem oriunda de fontes externas, não necessariamente do próprio documento; sendo assim, o indexador utiliza vocabulários controlados e tesouros, entre outros, fazendo uso de uma linguagem controlada e/ou artificial, ou seja, buscando uma padronização.





Santos (2017, p. 7) ressalta a importância do controle dos cabeçalhos:

São determinados os cabeçalhos a serem empregados objetivando-se controlar sinônimos, diferenciar homógrafos e ligar termos por meio de relações hierárquicas, associativas e de equivalência (ou seja, utiliza-se uma linguagem artificial/linguagem controlada).

Nesse sentido, a linguagem controlada constitui-se em linguagem concebida de acordo com as necessidades dos usuários, enquanto a linguagem natural configura-se como discurso comum ou coloquial, empregada naturalmente na escrita e na fala.

No espaço da universidade, apesar de predominar uma linguagem padronizada por vocabulários específicos de cada área do conhecimento que constitui os cursos, o uso cotidiano acaba por torná-la uma linguagem natural entre seus pares.

De acordo com Freitas (2019, p. 31),

[...] a comunicação acadêmica e científica ocorre por meio de linguagens especializadas codificadas por especialistas de uma determinada área do conhecimento ou por profissionais bibliotecários; e sendo essas linguagens especializadas constituídas por terminologias próprias que, por sua vez, são responsáveis pela transmissão do conhecimento especializado, tem-se que as terminologias também pertencem à linguagem natural, utilizada por um indivíduo comum.

Isso quer dizer que tanto a linguagem natural como a especializada são passíveis de utilização por qualquer indivíduo atuante num ambiente informacional.



No âmbito dos RIs, em que se busca maior interoperabilidade entre o produtor informacional e o sistema, o uso da indexação por extração, ou seja, da linguagem natural, é predominante. Nesse ambiente, os usuários participam da produção, organização, representação e disseminação da informação, não necessariamente seguindo um padrão de escolha dos termos indexados.

Conforme Santos (2017, p. 3):

[...] é evidenciada uma nova forma de organização e representação das informações no âmbito dos Repositórios Digitais em que não se adotam regras de indexação envolvendo controle de vocabulário na descrição dos recursos.

O uso da indexação por extração possibilita maior aproximação entre o pensamento do autor e o conteúdo por ele produzido, além de agilizar e facilitar o processo de indexação e, conseqüentemente, a rapidez para tornar o documento disponível no sistema. Entretanto, essa prática, por si só, não garante a qualidade e a confiabilidade dos RIs.

Conforme Lopes (2002, p. 48), há vantagens e desvantagens na utilização da indexação por extração. Para a autora, as vantagens se caracterizam por “permitir o imediato registro da informação em um repositório digital”, bem como a “não necessidade de treinamento específico no uso da linguagem de controle”, ressaltando-se ainda que “os termos são extraídos diretamente dos documentos” e, além disso, constituem-se na única forma de comunicação entre os indexadores e os usuários acessando os mesmos termos. Dentre as desvantagens, a autora elenca: maior esforço intelectual dos usuários no processo de busca para a escolha dos termos; possibilidade de alta incidência de respostas negativas ou de relações incorretas; aumento dos custos de acesso com a inserção de termos aleatórios; necessidade de





uma estratégia de busca que arrole todos os principais conceitos e, principalmente, perda da confiança dos usuários em uma possível resposta negativa.

Santos (2017, p. 8) ressalta que as informações disponíveis nos RIs “[...] são descritas com palavras provenientes da linguagem natural sem o auxílio de um instrumento de representação da informação”, ou seja, não seguem uma padronização determinada.

Os usuários representam conteúdos com termos que usam e/ou acreditam que entendem, sendo assim alguns termos podem fazer sentido apenas a quem os elencou e nem sempre para a comunidade ou grupo de pessoas que utilizam o sistema. Com a liberdade da atribuição dos descritores um mesmo termo pode ter diferentes significados para aqueles que atribuíram as etiquetas/descriptores para fins de representação do conteúdo (Santos, 2017, p. 8).

Fica evidente que o uso da linguagem natural, geralmente, apresenta a visão “subjetiva” dos usuários produtores dos conteúdos informacionais, muitas vezes não se atentando para a linguagem do sistema e, com isso, descredibilizando-o, visto que a utilização de termos não padronizados ou não controlados em uma determinada área do conhecimento pode dificultar a recuperação entre os pares.

Andrade (2023, p. 49) afirma, sobre a falta de padronização de assuntos nos ambientes digitais de informação, que poderá comprometer a representação da informação e, conseqüentemente, sua recuperação no sistema.

A falta de padronização nos cabeçalhos de assunto, tanto nos ambientes digitais como nos repositórios, pode ocasionar implicações negativas, pois a representação da informação, às vezes, apresenta distorções com variações no que concerne ao uso de palavras no singular ou plural, erros gramaticais, termos com mais



de um significado, termos distintos com o mesmo significado, além da questão da profundidade ou especificidade da descrição, fato em que o documento não é tratado em sua totalidade (Andrade, 2023, p. 49).

O autor, em sua pesquisa, analisou os cabeçalhos de assuntos de monografias de dois cursos depositadas no Repositório Institucional da Ufal (RI/Ufal). Um dos cursos usava meios auxiliares de indexação para escolha dos termos (base de dados de assuntos na área, termos retirados da ficha catalográfica e consulta a bibliotecários) e o outro só utilizava a linguagem natural proveniente do resumo das monografias elaboradas pelos autores. Constatou-se que o curso que utilizou as ferramentas auxiliares apresentou maior padronização dos termos, sendo eles compatíveis com os utilizados no sistema, enquanto o outro apresentava maior número de variâncias (uso de plural ou singular, bem como erros de grafia e de digitação).

A utilização da linguagem natural, em grande proporção, apresenta uma maior ocorrência, com variações de cabeçalhos com falhas de padronização, erro de digitação e, principalmente, não concordância com o catálogo do SIBI/UFAL, na outra vertente, monografias que utilizaram ferramentas como tesouros e os cabeçalhos de assunto, presentes na ficha catalográfica, apresentaram um excelente grau de concordância e confiabilidade, contribuindo para a qualidade do sistema (Andrade, 2023, p. 74).

Reafirma-se, assim, a importância da utilização de meios auxiliares, que poderão prover uma boa indexação e, conseqüentemente, tornar o sistema de informação mais confiável.

Freitas (2019, p. 31) ressalta que o “uso de linguagem natural pode trazer problemas no que se refere à recuperação do material



armazenado”. Isso pode ocorrer devido à falta de padronização e à liberdade de escolha de termos de indexação, o que torna a pesquisa muito abrangente. A busca no sistema de informação necessitará de um esforço maior do usuário na escolha dos termos, prejudicando o acesso ao item pesquisado.

Conforme Tartarotti (2019, p. 26):

A inadequada representação documental em repositórios institucionais refletirá na qualidade da recuperação de seus recursos informacionais, visto que a qualidade da indexação de assuntos está relacionada à capacidade de reconstruir o assunto tratado em um determinado recurso informacional em conceitos para posterior recuperação por assuntos pelos usuários.

Diante dessa afirmação, é fundamental que o usuário, ao escolher as palavras-chave ou os termos para indexação de sua produção científica, atente-se à linguagem do sistema e aos vocabulários específicos de sua área de conhecimento, não só fazendo uso indiscriminado da linguagem natural.

Tartarotti (2019, p. 26) ainda enfatiza que

o uso adequado da linguagem documental é fundamental, pois possibilita a representação dos conteúdos dos recursos informacionais compatível com as solicitações de pesquisas dos usuários em uma determinada área científica especializada.

De fato, o emprego de termos usuais em uma determinada área científica garante maior facilidade na escolha dos termos da busca, bem como proporciona agilidade no processo de recuperação da informação desejada, tornando o sistema de informação confiável e reconhecido entre os usuários que o utilizam, ou seja, garantindo sua eficácia e eficiência.



Apesar de, no ambiente web, a linguagem natural ocorrer com maior intensidade, devido à facilidade e à liberdade das escolhas dos termos, faz-se necessária a busca da padronização para melhor aproveitamento entre a linguagem dos usuários e a linguagem dos sistemas. Isso é possível através do uso dos vocabulários controlados.

Para Santos (2017, p. 10), os vocabulários controlados “são instrumentos que visam facilitar a comunicação mediante a padronização de termos para descrição de conteúdos”. Eles possibilitam controlar as dispersões lexicais da linguagem natural, auxiliar o indexador na escolha dos termos e indicar os mais pertinentes para a representação do documento, além de atuar como instrumento de comunicação entre a linguagem do usuário e a linguagem do sistema.

Segundo Fujita e Tolare (2019, p. 93),

o objetivo do controle do vocabulário é a consistência na representação e na recuperação de modo a evitar a dispersão de recursos informacionais relacionados aos termos do vocabulário controlado.

A prioridade em buscar a padronização de cabeçalhos de assunto em RIs torna-se cada vez mais necessária, posto que, com a utilização do autoarquivamento, os usuários do sistema podem determinar seu próprio cabeçalho ou palavras-chave. A inclusão não tem limites, nem obedece a critérios de escolha.

Diante desse dilema, Fujita e Tolare (2019) argumentam sobre a necessidade e a importância dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) e destacam que

os SOCs são importantes porque realizam o controle de vocabulário em sistemas de informação que necessitam prover a recuperação da informação





armazenada, seja de forma retrospectiva ou atualizada (Fujita; Tolare, 2019, p. 98).

Dentre os SOC's, estão tesouros, ontologias, listas de cabeçalhos, diretórios, dicionários, glossários, arquivos de autoridades e anéis de sinônimos, entre outros.

De fato, prover meios para a padronização dos cabeçalhos de assunto nos RIs é de suma importância. No ambiente em que esses RIs estão inseridos, geralmente em universidades, a multiplicidade de informações, a interdisciplinaridade e o linguajar técnico-científico denotam o uso de termos técnicos e especializados para cada área do conhecimento.

Entretanto, para o alcance dos resultados, faz-se necessário que os RIs adotem e ponham em prática sua política de indexação, criando mecanismos que contribuam para a padronização, a qualidade e a pertinência dos metadados “assunto”, tais como índices ou catálogos de assunto, elaboração de manuais e guias para inserção de metadados e tutoriais para treinamento dos usuários. É de suma importância que essa política esteja disponível e seja de fácil acesso para toda a comunidade usuária do RI; que sejam ofertados cursos e treinamentos de pesquisa em bases de dados de descritores de assunto, bem como a utilização de Inteligência Artificial (IA), aproveitando o potencial ofertado por essa ferramenta.

Oliveira e Santos (2024), Tartarotti, Dal'Evedove e Fujita (2020) enfatizam que os repositórios digitais exigem mudanças que contemplem o uso de metodologias e ferramentas inovadoras no que concerne ao tratamento, à recuperação e ao acesso a produções intelectuais frente às exigências e especificidades do movimento de acesso aberto.

É através da política de indexação que serão definidas a forma de representação da informação no sistema e, concomitantemente, a padronização dos metadados de assuntos utilizados.



Considerações finais

A indexação apresenta-se como um dos fatores preponderantes no que concerne à representação, à recuperação e ao acesso aos conteúdos informacionais. Ela possibilita aos usuários interagir com o(s) documento(s), desvendar toda a sua relevância e pertinência, facilitando a escolha de conteúdos confiáveis e de qualidade para suas pesquisas.

Diante disso, é necessário que os RIs invistam em processos e metodologias que promovam a boa indexação. É fundamental que gestores de RIs e bibliotecários do setor implementem a política de indexação do seu sistema de informação. Recomenda-se que seja definida a forma de apresentação dos metadados de assunto no sistema (uso de plural e singular, emprego de siglas, utilização de iniciais maiúsculas ou minúsculas), contribuindo, dessa forma, para a padronização e a qualidade da busca no meio digital.

Por isso, é de suma importância que os RIs disponibilizem para sua comunidade essa política de forma clara e acessível, promovam treinamentos com usuários, elaborem tutoriais, guias, índices e/ou tabelas de assuntos.

Promovam também cursos de pesquisa em bases de dados de assuntos específicos, contribuindo, efetivamente, para a educação dos usuários, preparando-os para fazer as melhores escolhas para seus metadados de assuntos, convergindo com a linguagem utilizada pelo sistema, possibilitando, assim, maior padronização.

Isso reflete na qualidade e na confiabilidade do RI. Também se faz necessário que gestores e bibliotecários de RI promovam a educação continuada, buscando cooperação entre seus pares, visando às melhores práticas em indexação em repositórios, compartilhando metodologias e boas práticas.





Referências

ANDRADE, V.S. **Análise dos metadados de assunto no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas**. 2023. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

ARAKAKI, A.C.S.; CASTRO, F.F. Aspectos da representação da informação na curadoria digital. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-21, 2020.

DIAS, E.W.; NAVES, M.M. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007.

FREITAS, M.P. **Autoarquivamento e representação de assunto: estudo analítico de teses e dissertações do Repositório Institucional da UFSCar**. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FUJITA, M.S.L.; TOLARE, J.B. Vocabulários controlados na representação e recuperação da informação em repositórios brasileiros. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 93-125, maio/ago. 2019.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOPES, I.L. Uso das linguagens controlada e natural em base de dados: revisão de literatura. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/WhYch5gHnWYPCPY3NPwbkCR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.



MARTINS, G.K.; CÔRTEZ, G.R. A representação da informação do conhecimento e as representações sociais: intersecções e limites. *In*: ALBUQUERQUE, M.E.C.; MARTINS, G.K.; MOTA, D.A.R. (org.). **Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções teórico-sociais**. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 159-182.

MIRANDA, I.A.A.; DELFINO, J.G.M. Repositórios institucionais: novos desafios para as bibliotecas e para os bibliotecários. **Bibl. Univ.**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 52-64, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, T.N.; SANTOS, R.F. Indexação e recuperação em repositórios institucionais brasileiros: recomendações de melhorias para a difusão do conhecimento científico. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 38, n. 1, p. 139-160, jan./mar. 2024.

SANTOS, R.F. Indexação em repositórios digitais: uma abordagem sobre o metadado assunto da Biblioteca Digital de Monografias da UFRN. **Rev. Inf. na Soc. Contemp.**, Natal, n. esp., p. 11-22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/12279/8507>. Acesso em: 29 abr. 2025.

TARTAROTTI, R.C.D. **Avaliação do processo de indexação de assuntos em repositórios institucionais pela abordagem da recuperação da informação**. 2019. 369 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2019.

TARTAROTTI, R.C.D.; DAL'EVEDOVE, P.R.; FUJITA, M.S.L. Indexação em repositórios digitais: uma incursão na produção científica brasileira de Ciência da Informação. **Scire**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 13-18, 2020. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/168184>. Acesso em: 29 abr. 2025.





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

VILLALOBOS, A.P.O.; GOMES, F.A. Padronização de metadados na representação da informação em repositórios institucionais de Universidades Federais brasileiras. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ancib, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/187093>. Acesso em: 17 abr. 2025.





CAPÍTULO 2

A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Girlaine da Silva Santos
Ronaldo Ferreira de Araújo



O debate sobre a população negra tem crescido nos últimos anos, dando maior visibilidade, no meio acadêmico, à produção do conhecimento sobre a temática que reflete a trajetória dos movimentos sociais negros, dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs), dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) e dos grupos correlatos, que há muitos anos utilizam suas pesquisas como ferramentas de luta antirracista, com o objetivo de resgatar a cultura e a história da população negra. A luta do movimento negro vem contribuindo para uma mudança epistemológica da produção científica nas Instituições de Ensino Superior (IES), construindo o conhecimento que retrata a trajetória dessa população.



Assim como o movimento negro, os Neabs, entidades presentes nas IES, compostas por docentes, discentes, técnicos-administrativos e representantes do movimento negro, buscam fortalecer e promover a luta da população negra, com a finalidade de promover eventos, produzir e disseminar conhecimentos sobre a temática afro-brasileira e propor políticas institucionais para os conselhos universitários.

Os Neabs produzem informações disponibilizadas através de anais de eventos, TCCs, teses, dissertações e artigos relacionados às questões étnico-raciais, à promoção da igualdade racial e às lutas antirracistas. São dados bem pontuais, que vêm fortalecendo as discussões para o despertar da sociedade no combate a toda forma de preconceito e racismo. Segundo Mattos (2016, p. 5):

Os Núcleos buscam promover o fortalecimento da luta e resistência, valorizar a população negra, garantir e ampliar direitos por meio de iniciativas acadêmicas que orientam a formulação de políticas voltadas para a erradicação do racismo e da discriminação.

No contexto da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi-Ufal) vem promovendo ações e lutado contra toda forma de discriminação e abriu espaços para que a Ufal se tornasse umas das três primeiras IES do Brasil a garantir o acesso da população negra ao meio acadêmico.

Os estudos sobre a produção científica têm se mostrado importantes indicadores das tendências no desenvolvimento do conhecimento. Nesse cenário de crescimento, destaca-se o aumento no número de bases de dados, bibliotecas digitais e repositórios institucionais, cujas atividades estão voltadas para coleta, organização, preservação e disseminação da produção intelectual de





uma instituição. No caso da Ufal, o Repositório Institucional (RI/Ufal) é uma fonte valiosa de informação que, ao longo dos anos, tem contribuído significativamente para ampliar o acesso livre, a disseminação e a promoção do conhecimento.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a produção científica (teses e dissertações) sobre a temática étnico-racial no RI/Ufal e faz parte de uma pesquisa de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ufal).

Contribuições da Universidade Federal de Alagoas na promoção da diversidade étnico-racial no meio acadêmico

A Universidade Federal de Alagoas tem desenvolvido diversas ações e iniciativas voltadas para a população negra. Em 2003, através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), atualmente Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), criou o Programa de Políticas de Ações Afirmativas (Paaf), aprovado pelo Conselho Universitário da Ufal (Consuni), que estabeleceu, a partir de 2004-2005, cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação da instituição para estudantes oriundos de escolas públicas que se autodeclararam pretos ou pardos, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentro desse percentual, a Ufal se destaca com a distribuição de 60% das vagas para mulheres, tornando-se “a única universidade a estabelecer o recorte de gênero à época” (Marques; Correia, 2022, p. 36).

Ainda de acordo com Marques e Correia (2022), foi publicada uma coletânea em quatro volumes chamada *Kulé Kulé*, entre 2005 e 2010, com produções de professores, pesquisadores e estudantes, cotistas ou não, que estavam desenvolvendo pesquisas sobre a temática afro, que teve distribuição gratuita nas escolas.





Em 2012, foi aprovada a Lei n.º 12.711/2012, que regulamentava as cotas para ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio. O Paaf/Ufal sofreu algumas modificações, mas a lei chegou para fortalecer o direito à ampliação da presença de afrodescendentes no ensino médio técnico e no ensino superior das instituições federais. Já em 2018, a Ufal regulamenta o sistema de cotas na pós-graduação e institui as bancas de heteroidentificação, procedimento complementar à autodeclaração étnico-racial.

A Universidade Federal de Alagoas tem desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão na graduação e na pós-graduação, com abertura de linhas de pesquisa direcionadas às temáticas que tratam sobre a história, a cultura, os direitos e as questões sociais da população negra, promovendo maior representatividade no campo científico. Essas pesquisas contribuem para o entendimento das desigualdades raciais e fortalecem a identidade negra. A seguir, vamos falar do acesso livre a essas produções através do RI/Ufal.



RI/Ufal: acesso livre à produção de conhecimento científico

O conhecimento científico ocorre no meio acadêmico pela troca de informações e é transmitido através dos canais de comunicação. Com a evolução das tecnologias e a utilização da internet, as formas de comunicação vêm se modificando e proporcionando maior rapidez, rompendo barreiras temporais, geográficas e financeiras, de modo que a produção científica está mais acessível, pois podemos consultar e fazer downloads sem limitação de tempo e espaço. A introdução e a adoção das tecnologias de informação e comunicação “foram responsáveis por algumas alterações no ciclo da geração, disseminação e uso da informação científica, afetando a estrutura do sistema de comunicação científica” (Wetzel, 2006, p. 52).

O mundo digital tem facilitado o acesso à produção científica. Atualmente, conseguimos chegar a trabalhos de diferentes pesquisadores/as em diversas áreas no mundo inteiro. Temos como exemplos o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que reúne e disponibiliza conteúdos nacionais e internacionais, além de periódicos, patentes, referências, dados estatísticos, material audiovisual, normas técnicas, teses e dissertações; a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), base de dados que reúne teses e dissertações produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação das IES no Brasil e tem contribuído para criar um novo ambiente de acesso livre, disseminação e promoção do conhecimento na internet, e os repositórios institucionais (RIs), considerados acervos de dados científicos abertos cujas atividades estão voltadas para coleta, organização, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição.

Segundo Miranda e Delfino (2016, p. 53), os RIs são:

Ferramentas de acesso aberto que têm o objetivo de reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na instituição, bem como às suas coleções históricas, e outros documentos relevantes para a organização.

Os RIs podem ser considerados fontes de informação e ferramentas importantes para a disseminação das produções geradas nas instituições. O RI/Ufal foi implantado em 2010 e, até o início de 2015, armazenava seus dados junto com a BDTD – que, por problemas operacionais, foi desativada. Em 07 de novembro de 2016, por meio da Resolução n.º 45/2016-Consuni/Ufal, o RI/Ufal foi oficialmente regulamentado. Entre seus objetivos, estão: reunir, em um único local virtual, as produções científicas, tecnológicas, artísticas e culturais da





universidade e promover o acesso livre às informações produzidas em seu âmbito voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na visão de Andrade (2023, p. 36), o RI/Ufal é um

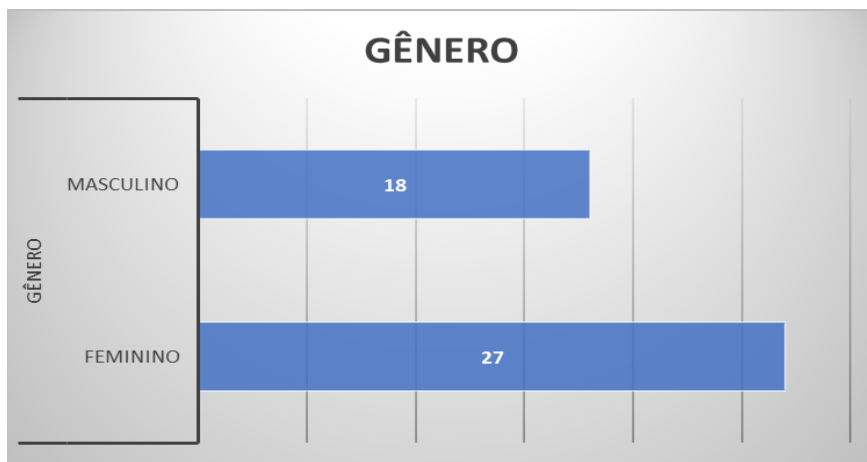
valioso instrumento para projetar a instituição em âmbito local e global revelando todo o seu potencial através das suas produções científicas e acadêmicas, capaz de aproximar a sociedade com inovações oriundas da instituição.

Os RIs são de suma importância para a popularização do conhecimento, permitindo acesso livre ao que é produzido em prol do desenvolvimento humano através da ciência.

Conforme os dados levantados na investigação que originou este capítulo, foi possível identificar 45 pesquisas defendidas na pós-graduação da Ufal sobre a temática étnico-racial, sendo 41 dissertações e quatro teses. A seguir, no Gráfico 1, pode ser visualizada a questão de gênero.



Gráfico 1 – Protagonismo feminino em dissertações e teses defendidas na Ufal

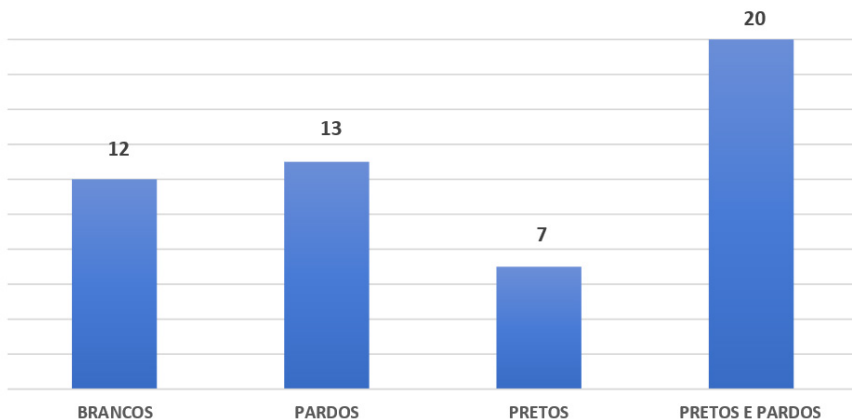


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Gráfico 1 aponta participação maior do gênero feminino na pós-graduação. Constatamos que, no universo de 45 pessoas, 27 são do sexo feminino no campo acadêmico da Ufal, pioneira com relação às políticas de cotas que, em 2004, implantou o processo e incluiu o recorte de gênero para mulheres e homens (negros, negras) egressos de escolas públicas.

No Gráfico 2, a seguir, destacamos a classificação racial dos/as pesquisadores/as, utilizando o critério de heteroclassificação, tentando observar, através de imagens usadas na plataforma do currículo *lattes*, a cor e o fenótipo, seguindo as mesmas categorias utilizadas pelo IBGE no quesito cor ou raça/etnia da população brasileira: brancas, pretas, pardas, indígenas e amarelas.

Gráfico 2 – Classificação racial dos/as autores/as de dissertações e teses defendidas na Ufal



Fonte: Dados de pesquisa, 2025.

Foram analisados 45 currículos, sendo 12 pessoas brancas, 13 pardas e 7 pretas. Seis pessoas não apresentam fotos nos currículos, não conseguimos identificar o fenótipo de uma através das



imagens e seis currículos não foram localizados no *lattes*. A partir da classificação de cor ou raça/etnia, podemos perceber, com base no gráfico, que os/as maiores interessados/as na temática, no caso específico dessa amostra, são da população negra, com representação de 20 entre pretos/as e pardos/as.

Na visão de Gomes (2009, p. 419), é a “inserção de negras e negros no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento não mais como objetos de estudos, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento”. Diante dessa pequena amostra, temos a representação da produção científica relacionada à temática étnico-racial sendo desenvolvida sob o olhar do/a próprio/a negro/a como pesquisador/a na Ufal.

No Quadro 2, a seguir, temos a distribuição das pesquisas desenvolvidas por áreas do conhecimento e indicação da subárea e do tipo de pesquisa.



Quadro 1 – Teses e dissertações por área e subárea do conhecimento

Grande Área do Conhecimento	Quantidade	Subárea	T	D	Total
Ciências Humanas	30	Educação	3	13	16
		Psicologia	-	9	9
		Geografia	-	1	1
		Sociologia	-	1	1
		Antropologia	-	3	3
					1
Ciências Sociais Aplicadas	6	Direito	-	3	3
		Serviço Social	-	2	2
		Arquitetura	-	1	1
Linguística, Letras e Artes	6	Letras	-	2	2
		Linguística	1	3	4
Ciências da Saúde	2	Medicina	-	1	1
		Ensino em Saúde	-	1	1
Ciências Exatas e da Terra	1	Ciência da Computação	-	1	1
TOTAL			4	41	45

Fonte: Dados de pesquisa, 2025.

Legenda: T: tese; D: dissertação.

Os resultados obtidos apresentam a área das Ciências Humanas com 30 trabalhos defendidos, sendo 16 na Educação – três teses e 27 dissertações. Esses resultados se assemelham aos da pesquisa realizada por Santos (2023), que aponta uma concentração 1.829 trabalhos defendidos nas Ciências Humanas, sobressaindo-se a Educação, com 827 trabalhos, sendo 227 teses e 600 dissertações. A seguir, na Figura 1, destacamos os termos mais frequentes abordados nas pesquisas.

Figura 1 – Representação das palavras-chave das dissertações e teses



Fonte: Elaborada pelos autores, 2025.

Conforme ilustrado acima, podemos constatar as principais palavras-chave citadas nas teses e dissertações recuperadas no RI/Ufal: relações raciais, relações étnico-raciais, racismo, discriminação, negro, negra e cultos afros foram os termos mais utilizados nas publicações que dialogam com as questões raciais e que possibilitam a



abertura de discussões no combate ao preconceito e às desigualdades temáticas no ambiente acadêmico da Ufal.

Considerações finais

As análises permitiram identificar a produção do conhecimento sobre a temática étnico-racial desenvolvida na Ufal, mas, sobretudo, além do lugar de fala, foi possível evidenciar a questão de gênero, a pauta racial, as áreas do conhecimento e os assuntos que estão sendo pesquisados, destacando os temas mais frequentes.

Os resultados apresentados indicam uma diversidade de cursos da pós-graduação abrindo espaço para o assunto étnico-racial na universidade. Dessa forma, percebe-se que necessitamos mobilizar ainda mais as coordenações dos cursos para que possamos alcançar todas as áreas do conhecimento e, efetivamente, promover uma educação antirracista no meio acadêmico.



Referências

ANDRADE, Valter dos Santos. **Análise dos metadados de assunto no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas**. 2024. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 419-442.

MARQUES, Danilo Luiz; CORREIA, Rosa Lúcia da Silva. O movimento Negro, o Neabi/Ufal e a implementação do Programa de Políticas de



Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (2003-2022).

Escritas do Tempo, Marabá, v. 4, n. 10, p. 23-45, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1837>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MATTOS, Wilson. Apresentação. In: MARQUES, Eugenia Portela Siqueira *et al.* (org.). **Educação, relações étnico-raciais e resistência**: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas no Brasil. Assis: Triunfal, 2016.

MIRANDA, Izabel Antonina de Araújo; DELFINO, Jussara das Graças Miranda. Repositórios institucionais: novos desafios para as bibliotecas e para os bibliotecários. **Bibl. Univ.**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 52-64, jan./jun. 2016.

SANTOS, Girlaine da Silva. **Vozes negras na academia**: um panorama da pesquisa brasileira da pós-graduação relacionada às questões étnico-raciais. 2024. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Conselho Universitário (Consuni). **Resolução n.º 86/2018 – Consuni, de 10 de dezembro de 2018**. Regulamenta a implementação de políticas de ações afirmativas (PAA) nos cursos e programas de pós-graduação lato sensu (inclusive as residências) e stricto sensu da Ufal. Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://ufal.br/resolucoes/2018/rco-n-86-de-10-122018.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Conselho Universitário (Consuni). **Resolução n.º 33/2003 – Consuni, de 06 de novembro de 2003**. Aprova o programa de políticas afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na Ufal. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/>





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_33_2003_consuni.
Acesso em: 26 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Conselho Universitário (Consuni). **Resolução n.º 45/2016-Consuni/Ufal, de 07 de novembro de 2016.** Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Ufal (RI/Ufal). Maceió, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/Politica_Repositorio_UFAL.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/19>. Acesso em: 06 out. 2022.



A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE LADISLAU NETTO

Almiraci Dantas dos Santos

Este capítulo traz um estudo sobre a mediação da informação como pressuposto da Ciência da Informação na gestão de Ladislau Netto¹ sob a ótica da sua atuação como cientista e gestor público à frente do Museu Nacional, com projeção no circuito de homens da ciência no Brasil e no exterior. A princípio, faz-se necessário entender que a Museologia, disciplina que tem como objeto de estudo o museu, se inter-relaciona com a Ciência da Informação por meio da própria informação.

Nas leituras de Lima e Costa (2007, p. 149), “[...] a informação sobre museus e o tratamento a ela dado [são] competências tanto da Ciência da Informação como da Museologia”. Dessa forma, compreende-se, a



¹ Botânico e responsável pela contribuição para o avanço das pesquisas, pelas descobertas no campo científico e pela valorização de saberes do povo brasileiro enquanto gestor do Museu Nacional.

partir daí, a formação de uma triangulação interconectada por meio da informação.

Antes de se chegar aos conceitos de mediação da informação, convém destacar os elos entre a Ciência da Informação e a Museologia. Observa-se, a partir da literatura, que a Museologia se destaca por seu caráter interdisciplinar, relacionando-se com a arte, a filosofia, a sociologia e a história cultural, entre outras áreas.

De acordo com Lima (2003), tanto a Ciência da Informação quanto a Museologia estão inseridas na grande área das Ciências Sociais Aplicadas e suas relações são temas de estudos que vêm ganhando espaço nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib). Assim posto, o diálogo entre a Ciência da Informação e a Museologia é estabelecido por meio de três perspectivas:

A primeira é o contexto da C.I., espaço no qual a relação é apontada por diversos autores dessa área do conhecimento sob o ponto de vista da explicitação conceitual, em artigos publicados sobre o último quartel do século passado. A segunda é a feição que trata do contexto da Museologia, no qual o relacionamento aparece na prática compartilhada do saber dos profissionais que configuram, ocupam e operam em zona comum integrando museu e informação sob a mesma inspiração. E a terceira destaca, no âmbito acadêmico da pesquisa e das aulas, o exercício teórico e prático que está conjugando C.I. e Museologia (Lima, 2003, p. 122).

Essas três perspectivas adotadas por Lima (2003) evidenciam as interfaces entre as duas disciplinas e/ou esferas do conhecimento como objetos de estudo tanto da parte de profissionais de museus quanto de pesquisadores da Ciência da Informação. Dessa forma, vale destacar alguns estudiosos da área, como Wersig (1993),



Smith (1991), Lima (2003) e Pinheiro (2006), que corroboram o entendimento de que a Ciência da Informação e a Museologia se relacionam através da interdisciplinaridade como característica intrínseca a ambas.

Nesse sentido, suas respectivas formações, do ponto de vista epistemológico, enquanto áreas de estudo, respondem por essa bricolagem e/ou esse mosaico de possibilidades. Pinheiro (2006, p. 136) aponta que “[...] as subáreas que apresentam interface da C.I. com a Museologia são: necessidades e usos da informação e representação da informação [...]”, teorizadas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e praticadas em bibliotecas e museus. Segundo Araújo (2011), a interdisciplinaridade é uma característica crucial da Ciência da Informação, principalmente porque sua intenção é permitir o desenvolvimento das três áreas: **Arquivologia**, **Biblioteconomia** e **Museologia**. Infelizmente, a **Documentação**, pensada por Paul Otlet, não foi objeto do quadrilátero a ser constituído por parte do autor em foco.

Por conseguinte, após as justificativas acerca da inter-relação entre Ciência da Informação e Museologia, é chegada a hora de conceituar a mediação da informação para, em seguida, localizá-la na gestão de Ladislau Netto. Dessa forma, Almeida Júnior (2009; 2015) conceitua a mediação da informação como um processo estabelecido pela ação de interferência realizada pelos profissionais da informação. O autor classifica essa mediação como ações implícitas e explícitas que conduzem para uma dinâmica através das intervenções profissionais e institucionais realizadas de forma direta ou indireta, contemplando aspectos prévios ou contingentes. Logo, representa o emprego de ações conscientes ou inconscientes que afetam o ambiente informacional e a relação com seu sujeito usuário, de forma plural ou singular, individual ou coletivamente. Assim, a mediação



da informação interfere, absoluta ou parcialmente, na apropriação da informação sobre as pessoas que utilizam os espaços museais.

Desse modo, a mediação da informação sistematiza meios e formas que influenciam ou perturbam a capacidade de reconhecimento particular ou global das necessidades informacionais providas dos sujeitos usuários e suas respectivas interpretações contextuais. Portanto, se reconhece que a natureza essencial da informação ocorre pelo embate permanente das divergências e discordâncias, nunca por uma recepção passiva e/ou convergência harmoniosa. Afinal, segundo Almeida Júnior (2009, p. 97), a informação é um atributo que provoca conflitos, já que “[...] não dirime as dúvidas ou elimina as incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”. Com isso, a busca pela informação se perpetua incessantemente, em um ciclo que altera a condição cognoscível do sujeito e suas necessidades informacionais.

Assim, entende-se que a mediação da informação é um processo sistematizado das condições propícias a viabilizar uma virtual construção do conhecimento a partir da interação entre os sujeitos, por meio das informações acessadas e processadas. Essas informações são organizadas em “[...] espaços [que] preservam os suportes e, estes, o conhecimento tido como verdadeiro, o conhecimento dominante, o conhecimento dos dominantes” (Almeida Júnior, 2012, p. 26).

Notadamente, em tais aspectos da organização e disponibilidade do conhecimento, são ressaltadas as preocupações de interferências e as lisuras procedimentais. Ainda assim, o conhecimento enquanto atributo fundamental da percepção humana e da consciência crítica para interpretação da realidade assume relevância com os estímulos provocados pela representação da informação.



Nesse contexto, a mediação da informação

[...] dá sentido às organizações de conhecimento e coesão ao trabalho dos profissionais da informação, pois atua diretamente no uso social da informação para que seja convertida em conhecimento e ação pelos usuários (Pirela Morillo, 2013, p. 212, tradução nossa).

A mediação da informação também pode ser considerada pelos aspectos tecnológicos em ambientes virtuais, ou seja, refere-se aos processos que não se limitam unicamente aos contextos físicos e presenciais das unidades de informação. Ramírez Plasencia e Chávez Aceves (2012) ressaltam o uso das redes sociais como recursos educativos e colaborativos adequados para o incremento dos processos de mediação da informação nos diversos equipamentos culturais, denominação comum a arquivos, bibliotecas e museus.

Para tratar a mediação da informação direcionada ao contexto do museu, recorremos a Carvalho (2000), que relaciona várias atividades capazes de potencializar os processos de interferências propositivas sobre a informação nesse espaço. Aqui, é importante destacar que, além da preservação, o Museu Nacional, por meio das ações de Ladislau Netto, claramente contemplava as atividades de “investigação” e “comunicação”. E, mais do que isso, observar, a partir das atividades dos objetos de pesquisa (normativas, cursos, concursos, publicações técnico-científicas e exposições), a atuação do Museu Nacional nesses dois domínios, além da preservação. Nas ações de comunicação, enquadram-se as competências da disseminação da informação, por meio das atividades relacionadas aos conteúdos informacionais dispostos no museu.

Assim, é possível dinamizar ações que envolvam a interatividade dos sujeitos com o acesso a publicações didáticas



produzidas por uma curadoria educacional que informam contextualmente sobre o teor das exposições de acervos fixos e temporários. Sob essa perspectiva, Ortega (2017, p. 2, tradução nossa) destaca que “A literatura [especializada] e a prática museológica também privilegiaram a exposição como uma ação de mediação [...]”. Sendo essa atividade tão importante para a mediação da informação, em que se privilegia a formação educativa do sujeito usuário no ambiente museal, considera-se tratar-se de um momento essencial para propiciar as experiências individuais de apropriação, recepção ou fruição da informação.

Castro (2000, p. 85) reconhece que “[...] a mediação entre a comunicação museológica e a memória coletiva desloca-se para o objeto, signo da realidade externa que representa o sujeito individual e coletivo”. Dessa forma processual, a mediação é o viés facilitador entre a comunicação estabelecida pelo objeto museal e a memória do indivíduo enquanto forma de consciência social e muito particular, pois entende-se que o sujeito que visita o museu traça uma conexão visual, provocando experiências capazes de ir além das percepções ópticas, já que a memória é ativada e o sujeito é levado a tempos longínquos na história da sua vida pessoal ou por um fato que engloba toda a sociedade.

Entretanto, percebe-se que o processo de mediação da informação, recorrente nas publicações sobre museus, restringe-se a questões relativas à abordagem das exposições. De acordo com Moraes (2008, p. 11),

[...] as contribuições da Ciência da Informação nas exposições [...] envolvem a representação da informação, a adoção de vocabulários controlados, a divulgação científica, os estudos de usuários, a transferência da informação [...].



Dessa maneira, observa-se que a exposição não é uma ação de entretenimento, mas de formação cultural e social do sujeito, pois é planejada e executada em observação pelo usuário, assim como é dada a relevância da prática expositiva como meio de mediação da informação no espaço museal.

Por fim, após discorrer sobre a relação existente entre a Ciência da Informação e a Museologia, o passo seguinte foi a utilização do conceito de mediação da informação como ação integrante de ambas as áreas, de modo a identificar, por exemplo, a exposição como uma ação museal que se apropria da mediação da informação para estabelecer a troca da informação entre o usuário que necessita da informação e a instituição promotora. Isso, por sua vez, possibilita que se infira o papel que coube, na gestão de Ladislau Netto, às ações geradas na Exposição Antropológica Brasileira e na participação da Exposição Universal de Paris, em 1882 e 1889, respectivamente.

A partir disso, tem-se o trabalho de complementação das exposições pelo gestor: a realização das expedições no Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil para a formação do acervo com características brasileiras, assim como a organização de um catálogo, intitulado *Guia da Exposição Antropológica Brasileira*, responsável por dinamizar e impulsionar a divulgação do evento através dos canais de comunicação da época, na medida em que foram exposições que ressaltaram a comunicação entre os povos originários (indígenas), brasileiros, imigrantes, europeus e africanos no Brasil, o que ia estabelecendo a criação de uma memória histórica, cultural e da formação da sociedade brasileira.

Além das exposições, segundo Moraes (2008), a divulgação científica se apresenta como ponte entre a mediação da informação e a Ciência da Informação. Portanto, vale ressaltar que o gestor





Ladislau Netto promoveu a criação da revista *Arquivos do Museu Nacional* e, por meio dela, mediou a informação e o conhecimento de pesquisas sediadas na instituição, dedicando o sexto volume, publicado em 1885, a registrar os trabalhos apresentados na Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, considerada a maior celebração popular da ciência do século XIX, conforme Anderman (2004).

Lima (2008, p. 9) destaca a importância da exposição museológica, relevante “[...] para o complexo do conhecimento sobre o qual se alicerça a Ciência da Informação [...]”. Desse modo, conclui-se que o triângulo estabelecido entre a Ciência da Informação, a Museologia e a Informação (esta enquanto insumo e dispositivo físico e imaterial) movimenta-se por meio da prática da mediação da informação que, dentro do equipamento cultural denominado museu, identifica-se por meio das exposições e das ações evidenciadas na gestão de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional, corroborando, assim, para reafirmar a contribuição do botânico, cientista e gestor como mediador da informação, na medida em que partimos da administração institucional como práticas culturais dinamizadoras e promotoras da criação das condições de produção do conhecimento científico no Brasil.



Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 134-144, jul./dez. 2015.a.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Espaços e equipamentos informacionais. In: BARBALHO, Célia Regina Simonetti; SILVA, Rovilson



José da; GOMES, Samir Hernandes Tenório; BORTOLIN, Sueli (org.).
Espaços e ambientes para leitura e informação. Londrina: Abecin, 2012.
p. 11-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.a.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Gestão da informação e do conhecimento.** São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura.** Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.b.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação.** Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218.b.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a exposição antropológica brasileira de 1882. **Topoi: Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 128- 170, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2004000200128&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 07 jan. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto A. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Enc. Bibli: R. Eletrônica Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/09/pdf_e9d23645f2_0018712.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Exposição em museus e público: o processo de comunicação e transferência da informação. *In*: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida (org.). **Arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict/DEP/DDI, 2000. p. 127-148.

CASTRO, Ana Lúcia S. de. Mito, tempo e memória: a dimensão do sagrado e a temporalidade museológica. *In*: PINHEIRO, L.V.R.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. (org.). **Arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict/DEP/DDI, 2000. p. 127-139.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Tabela das Áreas de Conhecimento**: índice geral das grandes áreas e sub-áreas do conhecimento. Disponível em: http://fisio.icb.usp.br:4882/posgraduacao/bolsas/capesproex_bolsas/tabela_areas.html. Acesso em: 10 set. 2025.

LIMA, D.F.C.; COSTA, I.F.R. Ciência da Informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos – subsídio à linguagem documentária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO (CINFORM), 7., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/viewabstract.php?id=32>. Acesso em: 12 out. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar**: informação em arte, um novo campo do saber. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Ibict-ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/683>. Acesso em: 15 out. 2020.

MORAES, Júlia Nolasco Leitão de. Ciência da Informação e Museologia: diálogos e interfaces possíveis. *In*: ENANCIB: DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1004/>





CI%20e%20museologia%20di%c3%a1logos.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 jan. 2020.

MUSEU NACIONAL. **Guia da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuringer, 1882. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL. **Revista Archivos do Museu Nacional**. v. 6. Rio de Janeiro: Tipografia Econômica, 1885. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta. La mediación de la información: del objeto al document. *In*: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (coord.). **La mediación en el campo informativo documental**. México (DF): UNAM, 2017. (Colección Epistemología de la Bibliotecología y Estudios de la Información). p. 1-32.



PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/43/1/PINHEIROEDIBCIC.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

PIRELA MORILLO, Johann. La mediación del conocimiento en el perfil por competencias del profesional de la información. *In*: ENCONTRO IBÉRICO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E DO CARIBE (EDICIC), 6., 2013, Porto. **Anais...** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. p. 209-219. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33185447.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.



RAMÍREZ PLASENCIA, D.; CHÁVEZ ACEVES, L. El concepto de mediación en la comunidade del conocimiento. **Sinética**: Revista Electrônica de Educação, Tlaquepaque, n. 39, p. 1-16, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/sine/n39a4.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

SMITH, Linda. Interdisciplinaridade: abordagens para compreender a biblioteca e a Ciência da Informação como um campo interdisciplinar. *In*: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). **Concepções de biblioteca e Ciência da Informação**: perspectivas históricas, empíricas e teóricas. Tampere; Londres; Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 253-267.

WERSIG, Gernot. Ciência da informação: o estudo do uso do conhecimento pós-moderno. **Information Processing and Management**, [S. l.], v. 29, n. 2, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739390006Y>. Acesso em 09 set. 2020.



A PESSOA BIBLIOTECÁRIA: SUA FORMAÇÃO ÉTICA DEONTOLÓGICA E A CENSURA

Franciane Monick Gomes de França

A censura tem sido aplicada no universo das publicações bibliográficas em épocas e sociedades diversas, sendo esses materiais fiscalizados e apreendidos sobretudo por representantes religiosos e governos autoritários. Livros cujas narrativas discorriam sobre posicionamentos políticos e sexualidades de maneira diversa da ideologicamente aceita pelos detentores do poder e conservadoristas foram – e, por vezes, ainda são – controlados.

A censura infiltrou-se nos veículos de disseminação da informação entre editores, livreiros, imprensa e bibliotecas (ainda que de modo mais acanhado, se comparado aos outros meios). As bibliotecas, embora sejam espaços de difusão de informação, podem executar ou receber ordens de censura, sendo, dessa forma, importante que a pessoa bibliotecária esteja preparada para lidar com situações dessa natureza.





É imprescindível que a pessoa bibliotecária possua conhecimento de sua ética deontológica, das responsabilidades, das habilidades e das posturas que deve apresentar, por meio do código de ética profissional, que orienta sobre o exercício da profissão, indicando como proceder com a categoria, com as hierarquias a que a biblioteca esteja vinculada e com a sociedade, representada pelos/as usuários/as reais ou potenciais.

Assim, o conhecimento sobre o que dita o código de ética deve se iniciar ainda na formação, capacitando o futuro profissional no desenvolvimento das competências pertinentes para atuar com posicionamentos éticos e políticos no exercício da profissão, tendo ciência de seus direitos e deveres.

O ensino de ética deontológica nos cursos de graduação das Universidades Federais brasileiras



A atuação ética do profissional ou, no caso, sua deontologia² é temática tão importante que a Resolução n.º 153 do Conselho Federal de Biblioteconomia, de 06 de março de 1976, a qual Dispõe sobre o ensino de ética bibliotecária, indica que “[...] deve ser ensinada aos estudantes de Biblioteconomia ao longo de todo o seu curso” (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1976).

Logo, sendo a discussão sobre o exercício da profissão iniciada ainda no processo de formação acadêmica, foi realizado o levantamento, através dos projetos pedagógicos ou das matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das Universidades

² Deontologia é um termo criado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, em 1834, derivado “[...] do grego *deon*: o que é obrigatório, e *logos*: ciência, teoria”, conforme Japiassú e Marcondes (2008, p. 309). Os autores afirmam, ainda, que deontologia é “[...] o código moral das regras e procedimentos próprios a determinada categoria profissional” (Japiassú; Marcondes, 2008, p. 68).

Federais do País, de quais possuem, em sua grade curricular, a disciplina de Ética Profissional ou outra que indique a discussão do tema, recuperando as informações conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Situação dos cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior federais brasileiras em relação à disciplina de Ética³

Região	Universidade	Disciplina	Ementa/Descrição
Centro-Oeste	Universidade de Brasília (UnB)	Estágio Supervisionado em Biblioteconomia 2 (obrigatória)	Não menciona ética na ementa, mas há uma publicação na referência sobre ética profissional
	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Fundamentos da Biblioteconomia (obrigatória)	Não menciona ética na ementa, mas há uma publicação na referência sobre ética, informação e atuação profissional
	Universidade Federal de Goiás (UFG) Educação a Distância	Bibliotecário: Formação e Campo de Atuação Profissional (obrigatória)	Atos históricos da profissão do bibliotecário. Órgãos representativos e movimento associativo: Sistema CFB/CRB; Febab, Ifla etc. Papel e responsabilidade social do bibliotecário. O bibliotecário e a mediação da informação. Mercado de trabalho, formação, bases legais e éticas da profissão de bibliotecário . Educação ambiental
	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Ética Profissional da Informação (optativa)	Não há descrição dos assuntos abordados na disciplina

³ A Universidade Federal do Acre (Ufac), a Universidade Federal do Amapá (Unifap), a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) não possuem o curso de Biblioteconomia. Encontrou-se informações sobre a existência de um curso de Biblioteconomia na modalidade de Educação a Distância na Universidade Federal do Tocantins (UFT), porém não conseguimos recuperar o site com os dados necessários. Não foi possível acessar o site do curso de Biblioteconomia na modalidade de Ensino a Distância da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

Nordeste	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Fundamentos da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação [obrigatória]	Não menciona ética na ementa, mas há uma publicação na referência sobre legislação bibliotecária
	Universidade Federal da Bahia (UFBA) Educação a Distância	Bibliotecário: Formação e Atuação Profissional [obrigatória]	Não há descrição dos assuntos abordados nas disciplinas que compõem o PPC, então não foi possível verificar se a ética profissional é discutida. Possui essa disciplina, que pode discorrer sobre o assunto
	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	Seminários de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação [eletiva]	Reflexão sobre temas contemporâneos em Biblioteconomia/Ciência da Informação e áreas afins. Ênfase na função social do bibliotecário como profissional da informação e sua relação com o mercado de trabalho, priorizando as questões éticas presentes no cotidiano
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Ética da Informação	Perspectiva histórica e sistemática da ética. Ética da informação produzida, acessada e utilizada. Ética e o profissional da informação. Ética nas relações humanas. Ética na vida do profissional da informação. Código de ética profissional. Legislação que rege a profissão. Entidades de classe. Mundo do trabalho, prática profissional e responsabilidade social
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Ética em Biblioteconomia e Ciência da Informação [eletiva]	Incluída na Área 1 – Fundamentos de Ciência da Informação. Fundamentos éticos. Ética profissional. Código de ética profissional. Entidades fiscalizadoras e órgãos de classe. Ética informacional
	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Legislação e Ética Profissional Bibliotecária [optativa]	Ética, legislação e organização profissional e da informação. Código do consumidor. Direitos autorais. A Lei n.º 4.084, de 30/06/1962; o Decreto n.º 56.725, de 16/08/1965; a Resolução CFB n.º 207, de 2018 – código de ética
	Universidade Federal do Ceará (UFCE)	Atuação e Ética Profissional [obrigatória]	Reflexões e análises do cenário informacional contemporâneo à luz das suas demandas e das práticas didáticas e pedagógicas presentes na formação acadêmica dos bibliotecários. Estudo dos nichos mercadológicos existentes e por existir e das especificidades de formação profissional para atendê-los. Estabelecimento de diálogos entre a universidade e o mercado de trabalho, a fim de aproximar os alunos das realidades profissionais existentes e seu preparo para descobrir suas inclinações profissionais
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Ética e Informação [optativa]	A ética e sua relação com o campo da informação e das tecnologias de informação e comunicação. Fazer ético do profissional da informação
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Biblioteconomia e Ciência da Informação [obrigatória]	Não há descrição dos assuntos abordados nas disciplinas que compõem o PPC, então não pudemos verificar se a ética profissional é discutida. Possui essa disciplina, que pode discorrer sobre o assunto



Norte	Universidade Federal de Rondônia (Unir)	Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (obrigatória)	Epistemologia, história e filosofia da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Filosofia da informação. Formação e atuação do profissional bibliotecário. Ética em Biblioteconomia e Ciência da informação (informa que havia a disciplina de Legislação e Ética na antiga matriz)
	Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Epistemologia da Biblioteconomia (obrigatória)	Biblioteconomia e sociedade. Abordagem histórico-conceitual da Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia. Profissionalização: legislação, código de ética e órgãos de classe . Formação e prática profissional. Mercado de trabalho
	Universidade Federal do Amazonas (Ufam) (Educação a Distância)	Bibliotecário: Formação e Campo de Atuação Profissional (obrigatória)	Atos históricos da profissão do bibliotecário. Órgãos representativos e movimento associativo: Sistema CFB/CRB; Febab, Ifla etc. Papel e responsabilidade social do bibliotecário. O bibliotecário e a mediação da informação. Mercado de trabalho, formação, bases legais e éticas da profissão de bibliotecário . Educação ambiental
	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Ética e Informação (obrigatória)	Conceitos de ética e moral. A ética como doutrina da conduta humana. Perspectiva histórica e sistemática da ética. A crise de valores na modernidade: a ética pós-moderna. O direito à informação na sociedade informacional. Produção normativa e informativa. Conteúdo e objetividade. Ética aplicada à informação. A Ética e o profissional da informação. A responsabilidade dos meios, dos profissionais e dos receptores da informação. Aspectos éticos e jurídicos da informação. Código de ética profissional. Os limites da ética normativa





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

Sudeste	Universidade de São Paulo (USP)	Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (obrigatória)	Não há descrição dos assuntos abordados nas disciplinas que compõem o PPC, então não foi possível verificar se a ética profissional é discutida. Possui essa disciplina, que pode discorrer sobre o assunto
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Tópicos em Informação e Cultura A, B, C, D – Ética e Informação (optativa)	Não há descrição dos assuntos abordados na disciplina
	Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	Seminário sobre Atuação Profissional (obrigatória)	A inserção do bibliotecário no mundo do trabalho. A ética profissional e ambiental na atuação do bibliotecário. O reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira na atuação do bibliotecário
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Ética da Informação e da Biblioteconomia (obrigatória)	Ética: fundamentos. A construção social da ética. Ética nas relações humanas. Ética do conhecimento e da informação no pensamento contemporâneo. Deontologia; Ética da Biblioteconomia: habilidades, competências, direitos e deveres. Responsabilidade social e boas práticas. Princípios norteadores da ética no âmbito geral. Ética da informação
	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Ética e Informação (obrigatória)	Não há descrição dos assuntos abordados na disciplina
	Universidade Federal Fluminense (UFF) (Ensino a Distância)	Bibliotecário: Formação e Campo de Atuação Profissional (obrigatória)	Não há descrição dos assuntos abordados nas disciplinas, então não foi possível verificar se a ética profissional é discutida. Possui essa disciplina, que pode discorrer sobre o assunto
Sul	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Ética Profissional (não informa se é ou não obrigatória)	Ética: conceito e objeto. As questões éticas e a atuação profissional. Legislação
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Prática profissional em Biblioteconomia (obrigatória) Seminário sobre Atuação Profissional (obrigatória)	Não há descrição dos assuntos abordados nas disciplinas, então não foi possível verificar se a ética profissional é discutida. Possui essas disciplinas, que podem discorrer sobre o assunto
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Filosofia e Ética da informação Ética da Informação Ética Profissional e da Informação (não informa quais são ou não obrigatórias e não foi possível inferir)	Não há descrição dos assuntos abordados nas disciplinas
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Ensino a Distância)	Bibliotecário: Formação e Campo de Atuação Profissional (obrigatória)	Atos históricos da profissão do bibliotecário. Órgãos representativos e movimento associativo: Sistema CFB/CRB; Febab, Ifla etc. Papel e responsabilidade social do bibliotecário. O bibliotecário e a mediação da informação. Mercado de trabalho, formação, bases legais e éticas da profissão de bibliotecário. Educação ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.





Verificamos que, dos 27 cursos de Biblioteconomia⁴ citados, 12 trazem em sua grade curricular a Ética Profissional como disciplina⁵; 10 discutem a ética em outras disciplinas, que normalmente discorrem sobre a atuação profissional ou sobre os fundamentos da Biblioteconomia; em 5, não conseguimos identificar a disciplina de Ética ou afirmar se há a discussão do assunto em alguma outra que componha a matriz curricular.

No último caso mencionado, indicamos a disciplina da grade curricular que pode tecer comentários sobre a questão ética e comportamental da pessoa bibliotecária. No total, três disciplinas discorrem sobre a atuação profissional e duas sobre os fundamentos da Biblioteconomia, apresentando-se da seguinte maneira: 81,48% dos cursos debatem sobre ética profissional; 18,52% não conseguimos determinar.



O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro

O Código de Ética dos Profissionais Bibliotecários Brasileiros foi aprovado no IV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), em 1963. Desde então, passou por algumas alterações em 1966, 1974, 1983 e 2002. O mais atual, designado como *Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário Brasileiro*, foi aprovado pela Resolução n.º 207, de 09 de novembro de 2018, do Conselho Federal de Biblioteconomia.

O Capítulo I, Dos objetivos do código, em seu art. 1º, já esclarece que “[...] tem por objetivo fixar as **normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais**” (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, grifo nosso).

⁴ Algumas instituições têm dois cursos, um presencial e um a distância.

⁵ Algumas como obrigatórias e outras como optativas.



O Capítulo II, que normatiza Da natureza, fundamento e objeto do trabalho do Bibliotecário, em seu art. 2º, define que

A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a **prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos** (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, grifo nosso).

Esse código de ética vigente, de 2018, foi o primeiro a mencionar diretamente a censura. Afirma o documento, ainda no art. 2º, em parágrafo único, que

O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público [*sic.*] e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, grifo nosso).



Ainda nesse capítulo, no art. 3º, o texto esclarece que

A atuação do bibliotecário fundamenta-se no conhecimento da **missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público-alvo da instituição** onde está instalada a unidade de informação em que atua, bem como das **necessidades e demandas dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade** (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, grifo nosso).

O Capítulo III, que trata Dos deveres do Bibliotecário, dentre outras cláusulas, destaca, no art. 5º:

- a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na **liberdade da**

investigação científica e na dignidade da pessoa humana; b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e **honestidade em seu exercício;** [...] d) contribuir para o **desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país** [...] (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, grifo nosso).

Todas as citações reforçam a natureza social da profissão e se opõem à censura, mesmo sem citá-la diretamente. As frases destacadas contemplam uma atuação profissional com respeito à liberdade informacional, seja de produzir ou de consumir o que lhe for de interesse, bem como uma atuação íntegra da profissão.

Mencionando os princípios legais do País, vale ressaltar que nossa lei maior, a Constituição da República Federativa do Brasil, vigente desde 1988, declara que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura ou licença**” (Brasil, 1988, art. 5º, inciso IX, grifo nosso).



Considerações finais

As discussões sobre a atuação profissional devem se iniciar ainda no processo de formação acadêmica, quando é relevante que haja uma disciplina para discutir o assunto. Foi identificado que, nos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais brasileiras, embora grande parte não disponha de uma disciplina apenas para o debate da ética profissional, ela é mencionada como discussão na ementa de outras matérias que compõem a grade curricular. Não foi encontrada nenhuma menção direta às questões de censura nas ementas, de forma que não é possível afirmar se esse assunto é discutido.

No que concerne ao código de ética profissional, a censura foi incluída como artigo no código vigente, de 2018, sendo um avanço,



visto que houve atualização do texto em 2002, em que não houve inclusão de nenhum artigo que discorresse sobre como o/a profissional deveria se posicionar ante ocorrências de censura informacional. Apesar disso, outros artigos do normativo já direcionavam como a pessoa bibliotecária deveria agir no exercício da sua função.

A inclusão de uma diretriz sobre censura seria pertinente, considerando-se que o Brasil vivenciou uma ditadura militar que se iniciou na primeira metade da década de 1960 e teve fim em meados da década de 1980, período em que ocorreu intensa censura bibliográfica. O código anterior ao de 2002 data de 1983, ano em que a ditadura ainda estava em curso. À vista disso, certamente, não teria sido possível realizar essa inclusão sem sofrer alguma retaliação.

Apesar de os cursos, em sua maioria, tratarem das questões éticas deontológicas, no universo biblioteconômico, ainda se discute pouco sobre o comportamento adequado da pessoa bibliotecária, sobretudo ante casos de censura, de maneira que este capítulo tende a trazer à luz uma reflexão parcial a esse respeito.



Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://abre.ai/mFUB>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **Resolução n.º 153, de 06 de março de 1976**. Dispõe sobre o ensino de ética bibliotecária. Brasília, DF: CFB, 1976. Disponível em: <https://abre.ai/mFUz>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **Resolução n.º 207, de 2018**. Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário



Brasileiro. Disponível em: <https://abre.ai/mFUy>. Acesso em: 26 abr. 2025.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Ciência da Informação. Curso de Graduação em Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Brasília, DF: UnB, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/mFUx>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Comunicação e Artes. **Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: USP, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/mFUw>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação. Biblioteconomia e Informação. **Lista de Disciplinas**. Disponível em: <https://abre.ai/mFUv>. Salvador: UFBA, 2019. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência de Educação a Distância. Bacharelado em Biblioteconomia. **Matriz Curricular**. Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/mFUu>. Acesso em: 19 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Biblioteconomia e Documentação. **Projeto Político-Pedagógico**. João Pessoa: UFPB, 2007. Disponível em: <https://abre.ai/mFUt>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Maceió: Ufal, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/mFUs>. Acesso em: 28 abr. 2025.





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Faculdade de Informação e Comunicação. Biblioteconomia. **Projeto Político-Pedagógico de Biblioteconomia**. Goiânia: UFG, 2016. Disponível em: <https://abre.ai/mFUr>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/mFUo>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Coordenação do Curso de Graduação em Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia **Plano Pedagógico do Curso de Biblioteconomia 2007**. Rondonópolis: UFMT, 2011. Disponível em: <https://abre.ai/mFUn>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Disponível em: <https://abre.ai/mFUm>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia**. Recife: UFPE, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/mFUk>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Curso de Biblioteconomia. **Relatório Perfil Curricular**. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/mFUL>. Acesso em: 18 abr. 2025.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Biblioteconomia. Bacharelado de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia (Bacharelado)**. Porto Velho: Unir, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/mFUh>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <https://abre.ai/mFUf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação. **Proposta de Mudança no Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Documentação**. São Cristóvão: UFS, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/mFUe>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Faculdade de Informação e Comunicação. Departamento de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**: Modalidade a Distância. Manaus: Ufam, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/mFT7>. Acesso em: 19 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Manaus: Ufam, [20--]. Disponível em: <https://abre.ai/mFT8>. Acesso em: 19 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Graduação. Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular. **Resumo do Componente Curricular**. Fortaleza: UFCE, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/mFT6>. Acesso em: 28 abr. 2025.





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Vitória: Ufes, 2016. Disponível em: <https://abre.ai/mHmE>. Acesso em: 05 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Centro de Ciências Sociais. Curso de Biblioteconomia. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. São Luís: UFMA, [20--]. Disponível em: <https://abre.ai/mFT3>. Acesso em: 19 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <https://abre.ai/mFTZ>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Bacharelado em Biblioteconomia. **Currículo**. Disponível em: <https://abre.ai/mFTY>. Curitiba: UFPR, 2013. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Departamento de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/mFT0>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação. Coordenação do Curso de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/mFTX>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciências da





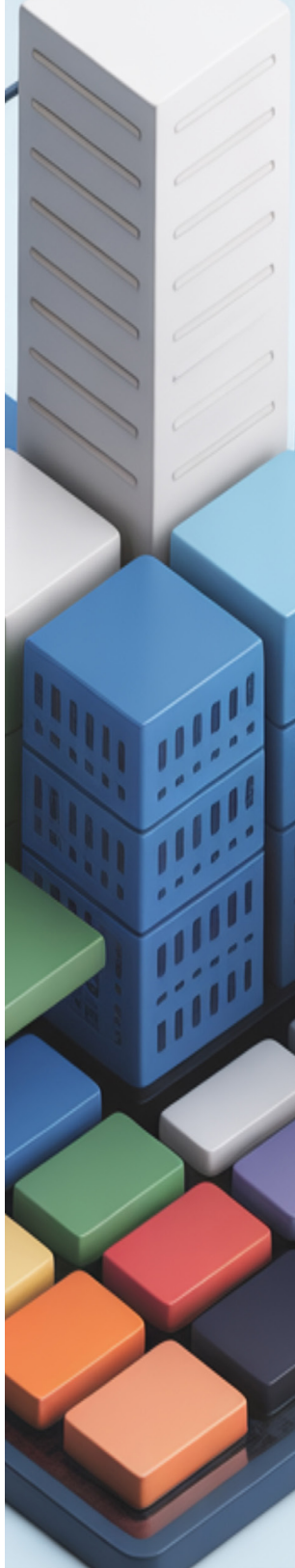
Informação. Curso de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <https://abre.ai/mFTT>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia a Distância**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/mFTS>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Matriz Curricular [Educação a Distância]**. Niterói: UFF, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mFUI>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Matriz Curricular [Presencial]**. Niterói: UFF, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mFUH>. Acesso em: 28 abr. 2025.





QUESTÕES SOBRE LIVROS E LEITURA EM ALAGOAS A PARTIR DO GABINETE DE LEITURA DE MACEIÓ: MUITAS PERGUNTAS E ALGUMAS RESPOSTAS

Roselito de Oliveira Santos

O estado de Alagoas é famoso pela exuberância natural, pelas belas praias e paisagens, que atraem turistas durante todo o ano. Mas o mesmo não se pode dizer, infelizmente, de sua história cultural e educacional. Ainda carecemos de instrumentos culturais funcionais; precisamos melhorar nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶, reduzir e eliminar o analfabetismo⁷. Somos

⁶ Em 2021, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Alagoas era de 0,684, o que colocava o estado em segundo lugar no ranking nacional entre aqueles com os piores IDHs. Fonte: IBGE, 2022

⁷ De acordo com o Censo do IBGE (2023), no período de 2010 a 2022, a taxa de alfabetização de pessoas adultas em Alagoas passou de 75,7%, em 2010, para 82,3% em 2022, o que representa um aumento de 6,6 pontos percentuais. Porém, a realidade funcional do alunado que completa os ciclos escolares no estado é bem diferente do que



considerados “o mais pobre entre os mais pobres”⁸ das Unidades da Federação.

Este capítulo pretende trazer à lume o percurso de uma pesquisa histórica, mais precisamente focada na história da leitura em Alagoas, tendo como referencial teórico principal a questão do acesso a livros e à leitura no estado.

Tomamos como base, no presente texto, a pesquisa histórica sobre as condições de acesso ao livro e à leitura no século XIX, através do Gabinete de Leitura de Maceió, equipamento cultural instalado na então província nos idos de 1865. Os autores de tal iniciativa foram os entusiastas do Processo Civilizatório⁹ em voga na Europa da época: os arautos da cultura em Maceió Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882)¹⁰, Thomaz do Bomfim Espíndola¹¹ (1832-1889) e José

apontam as estatísticas oficiais. Os formandos, muitas vezes, saem do ensino médio mal sabendo ler, escrever ou interpretar um texto simples.

⁸ Fala do governador Renan Filho em recente programa de televisão.

⁹ O grande lema do Processo Civilizatório era “o conhecimento contra a barbárie”, que vai na mesma esteira teórica do Positivismo. Norbert Elias é um dos estudiosos clássicos desse processo de evolução das civilizações através do processo de Educação/Civilidade.

¹⁰ Apontamos aqui alguns dados biográficos para melhor entendimento do perfil daqueles intelectuais: Alexandre José de Mello Moraes tornou-se órfão aos 11 anos de idade e foi enviado à Bahia para estudar sob os cuidados de seus tios, que eram freis. Aos 17 anos, já lecionava Geografia, Retórica e outras matérias. Formou-se em Medicina em 1840, à custa dos poucos recursos ganhos como professor. No mesmo ano, casou-se com Maria Alexandrina de Mello Moraes e voltou a Maceió, passando a exercer também a atividade de jornalista quando retornou à Bahia. Ainda em Maceió, teve participação na Revolta dos Lisos e Cabeludos. Em 1845, fundou o periódico *Mercantil da Bahia*, onde divulgava suas ideias partidárias. Em 1850, ainda na Bahia, fundou *O Médico do Povo*, uma vez que era adepto da homeopatia, e divulgava tal doutrina no referido jornal. Em 1853, transferiu-se para o Rio de Janeiro, dando sequência à abertura de outros jornais de vida curta e temas variados. Em 1865, doou mais um volume de 2.000 livros ao Gabinete de Leitura de Maceió, quando este já expirava e se pretendia instalar a biblioteca pública em seu lugar. Em 1866, foi eleito deputado geral por Alagoas, único cargo público que ocupou. Mello Moraes fazia questão de se anunciar alagoano, apesar de radicado fora do estado. Faleceu pobre, acometido por uma pneumonia, após gastar toda a sua fortuna com a impressão e a compra de documentos históricos. Deixou mais de 60 publicações nas áreas de medicina, homeopatia e história do Brasil.

¹¹ Thomaz do Bomfim Espíndola era homem ilustrado, de espírito liberal, e se punha em defesa de um discurso em torno do sentido de civilização, em função do progresso



Correia da Silva Titara¹² (? - 1873) trouxeram a ideia da Europa, sendo Titara o maior incentivador do projeto, seguido de Mello Moraes, que doou um acervo de 119 títulos ao Gabinete para seu nascedouro, que viria a ser, futuramente, a nossa Biblioteca Pública Estadual, hoje denominada Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos¹³.

Os citados intelectuais eram adeptos do Positivismo¹⁴ e, por tal, achavam que Alagoas não poderia ficar de fora do processo de civilidade que se instalava no mundo através do conhecimento – e nada melhor do que o livro para coroar esse percurso, que alavancaria nossa província do atraso em que se encontrava, apesar de já ter alcançado alguns avanços sociais, como: a existência de uma burguesia mercantil; a instalação do jornal *Íris Alagoense*; a implantação de um ramal ferroviário de seis quilômetros; ruas

da humanidade, para o qual tomava como referência única o mundo europeu. Era respeitado e admirado no meio intelectual alagoano e teve lugar no Parlamento alagoano por várias vezes. Exerceu influência na redação do jornal *O Liberal*; ocupou o cargo de inspetor-geral de Estudos na Administração Pública; foi lente catedrático do Liceu Alagoano, além de médico de instituições públicas e filantrópicas de Maceió. Na área educacional, deixou publicadas duas obras: *Elementos de geografia e cosmografia oferecidas à mocidade alagoana* (1874) e *Relatório da Instrução Pública* (1866). Também publicou, na área da medicina, *Relatos de viagem* (1860), além de colaborar para a sedimentação do sistema de ensino que temos hoje.

¹² José Correia da Silva Titara nasceu em Coqueiro Seco (AL). Estudou no Seminário de Olinda (PE), formou-se em Direito e foi o primeiro inspetor da Tesouraria da província de Alagoas. Foi cavaleiro da Ordem da Rosa e deputado provincial e geral de 1848 a 1856. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e diretor da Instrução Pública. Deixou diversas traduções e trabalhos publicados, entre eles *Tratado de Educação* (1858). Titara aparece nesta pesquisa como o intelectual mais importante na existência do Gabinete de Leitura, por estar à frente desde o início e por tomar a causa como sua, tanto que esteve na direção da instituição durante seus oito anos de existência, mantendo a fama de agente público ferrenho, excessivamente zeloso da causa pública.

¹³ Durante a pesquisa empreendida, não encontramos qualquer vestígio do acervo antigo do Gabinete na Biblioteca Pública. Tal fato denota o sistemático desmonte dos equipamentos culturais em Alagoas, que se configurou como prática “cultural”. Levemos em conta que a Biblioteca Pública mudou de endereço várias vezes em seu percurso histórico, o que ocasionava a perda de parte do acervo a cada mudança ou, quem sabe, descarte do material sem maiores critérios.

¹⁴ Positivismo é uma corrente filosófica que defende que o conhecimento científico é o único verdadeiro. Surgiu na França no século XIX e foi desenvolvida por Auguste Comte.



iluminadas por lampiões a gás; calçamento das ruas principais; rede telegráfica e casas bancárias, além da precária máquina pública educacional, em que os professores eram parcamente remunerados e faltavam à sala de aula quando sabiam que viriam a ser sabatinados pelo imperador, que o fazia periodicamente, para testar o avanço do ensino na localidade.

Nesse contexto, pretendia-se que o então cidadão em formação fosse do sexo masculino, católico, trabalhador, adulto, branco e letrado. Com esse perfil humano, os idealizadores do Gabinete de Leitura, seguindo um modelo europeu, estavam convencidos de que o estado de barbárie espiritual e cultural seria eliminado, daí surgindo um povo ordeiro, letrado, higienizado, trabalhador, cooperativo, honesto, cristianizado e caridoso (Madeira; Sampaio, 2006) em acordo com o processo de civilização que pretendiam promover. Qual o instrumento mais adequado para causar tamanha transformação interior e social no ser humano da época? Naturalmente, concordavam eles que era o acesso ao livro e à leitura.

O contexto educacional de então era uma das barreiras a ser transpostas, além – logicamente – do alto índice de pessoas não alfabetizadas. No entanto, essas não foram as preocupações primeiras daqueles intelectuais tão voltados para a cultura e para as letras, afinal, nunca se pensa muito no populacho quando o assunto é a promoção de livros e da leitura, pois o “povão”, primeiro, necessitaria estar com a condição de “ledor” ou “lente”, como se dizia na época, em franca atividade. No entanto, o projeto foi seguindo. Não foi possível avaliar se já se visava atingir uma parcela mais privilegiada da população, em função do entusiasmo dos seus idealizadores, ou se eles apenas seguiram movidos pelo ímpeto, sem questionar a barreira básica que afetava a maior parte do povo: a não condição de leitura.



O Gabinete foi inspirado no modelo europeu de *boutiques à lire*, tão em moda na Europa dezenovista. Aqui, bem como em vários estados do Brasil¹⁵, foram instalados gabinetes – sempre como iniciativa de imigrantes – com o intuito de civilizar pelas letras. Para usufruir do acervo, era necessária uma assinatura paga periodicamente, o que já restringia muito o acesso aos livros e à leitura, posto que parte da população não sabia ler – inclusas aí as pessoas escravizadas – e outra parcela não podia pagar a chamada “joia”, que era a taxa de inscrição, deixando flagrante que o Gabinete se destinava somente a um diminuto recorte da população: os letrados e burgueses da época¹⁶.

Nesta pesquisa, que rememorou o século XIX, foi intenção primeva aventar-se um perfil do leitor do Gabinete de Leitura de Maceió. Aqui, avançando para o século XXI, vamos lançar o olhar para o nosso leitor alagoano de hoje, apesar de todas as mazelas culturais de que somos vítimas, e pensar também sobre as dificuldades para se consolidar efetivamente como leitor. A pista primeira é o alto custo do livro, perpassando a cultura tecnológica que hoje assola os jovens – com as telas seduzindo muito facilmente – e a questão crucial de ter, de fato, **condição de leitura**, além de somente a decodificação dos símbolos – entender e interpretar o que se lê e ter capacidade de falar ou escrever sobre o que se leu. Não vamos conseguir abordar aqui todos esses temas, tendo que nos concentrar na principal questão: **o que dificulta mais o acesso ao nosso leitor de hoje e, em linhas gerais, traçar um perfil desse leitor com base nas novas pesquisas sobre o assunto.**

¹⁵ Encontramos 26 Gabinetes de Leitura instalados em vários estados brasileiros de 1841 a 1897.

¹⁶ Detectamos, na pesquisa, os nomes dos sócios iniciais do Gabinete de Leitura de Maceió. Entre os 11 primeiros associados, vemos que todos fazem parte da elite da cidade à época (Santos, 2013).





Concluindo a história do Gabinete de Leitura de Maceió

Começando pelo final, o Gabinete de Leitura dezenovista não cumpriu à risca as pretensões do seu próprio regulamento, em que um dos pontos era abrir para a leitura pública duas vezes por semana. Seu diretor, o renomado Silva Titara, era por demais zeloso para com o patrimônio público: fechava o Gabinete e mantinha a chave em sua algibeira, permitindo apenas a um ou outro “lente” acessar o acervo, que ficou menos restrito quando a instituição foi franqueada aos alunos do Liceu Alagoano, onde ficavam suas dependências.

Lembro ainda que, ao iniciar esta pesquisa, deparei-me com situações muito semelhantes em pleno século XXI: em busca de fontes que pudessem alimentar a pesquisa, fui surpreendido por figuras semelhantes ao senhor Titara, que, por receio de que se depredassem os acervos, os trancavam e restringiam o acesso a eles. Ainda pesquisei – ou tentei pesquisar – em bibliotecas que tinham um balcão entre o usuário da informação/pesquisador e o acervo, onde um funcionário ia até a estante pegar determinado livro para consulta ou empréstimo – este serviço apenas para os alunos da casa –, e ficávamos sem saber o que tinha no acervo, por não ter liberdade para explorar as estantes. Isso aconteceu no início dos anos 2000, em uma instituição de ensino superior particular da cidade de Maceió.

Naquele momento, praticamente não havia bibliotecários em nossas bibliotecas ou outras unidades de informação na capital, posto que o primeiro curso de Biblioteconomia do estado foi instalado na Universidade Federal de Alagoas em 1999, tendo a primeira turma de profissionais formados somente em 2002. Portanto, os profissionais que atuavam nas bibliotecas eram oriundos, em sua maioria, dos cursos de Letras e História, ignorando os princípios de Ranganathan¹⁷,

¹⁷ Expomos, aqui, os cinco princípios da Biblioteconomia segundo Ranganathan: **1) Os livros são para ser usados** – o livro é um meio que impulsiona o conhecimento. Podemos observar a importância de uma biblioteca na seguinte frase: “Quem tem





que põem, em primeiro lugar, o **uso** e o **acesso** à informação pelas populações, em vez de se ter os materiais bibliográficos mofando nas prateleiras. Claro que há as exceções para acervos raros/históricos, que devem ser tratados e preservados/digitalizados para se dar acesso.

Nas duas instituições públicas¹⁸ de informação histórica mais importantes do estado, o horário era muito restrito – em uma delas, ainda é –, além de se cobrar uma taxa de uso. Os diretores se comportavam tal qual Silva Titara no século XIX. Alguns argumentam que, não fosse esse zelo excessivo, poderíamos não ter mais tantos documentos disponíveis. Talvez tenham razão, uma vez que o correto seria todo o acervo estar acessível digitalmente, mas é mais um caso do descaso com a cultura e a história em terras alagoanas. Tem-se que pedir apoio e financiamento externo para realizar tal feito, porque parece que isso não é importante para nossos gestores públicos, enquanto instituições internacionais têm documentação da história de Alagoas disponível na web.

Voltando às nossas conclusões sobre o Gabinete de Leitura de Maceió, entendemos que, para a sociedade daquela época, o livro

informação tem poder”. Aponta para o livro como um meio, e não como tendo um fim em si mesmo. Em relação às bibliotecas, de nada adianta tê-las cheias de livros se não se dá acesso à informação. Por isso, essa afirmativa se perpetua até os dias de hoje; 2) **Todo leitor tem seu livro** – o bibliotecário deve fazer o estudo dos usuários, observando cada clientela para preparar o acervo. Aponta para a seleção de acordo com o perfil do usuário; 3) **Todo livro tem seu leitor** – refere-se à disseminação da informação em que se devem divulgar os livros existentes em cada biblioteca. Aponta para a importância da divulgação do livro, sua disseminação, antecipando a estética da recepção; 4) **Poupe o tempo do leitor** – a arrumação e a catalogação dos documentos diminuem o tempo necessário para encontrar a informação desejada. Aponta para o livre acesso às estantes, ao serviço de referência e à simplificação dos processos técnicos; 5) **Uma biblioteca é um organismo em crescimento** – o bibliotecário deve controlar esse crescimento, verificando qual a informação que está sendo usada, através de estatísticas da consulta e do empréstimo. Decorre da explosão bibliográfica que exige atualização das coleções e previsão do crescimento da área ocupada pela biblioteca.

¹⁸ Referimo-nos ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e ao Arquivo Público de Alagoas – este último teve o acesso melhorado/franqueado já na fase final da pesquisa, por ter modernizado sua gestão.





figurava como um totem e o acesso a ele era uma quimera: por mais que uma parcela da população o desejasse ou dele necessitasse, era ainda um produto considerado “luxo”. As instituições públicas já eram desvalorizadas e vilipendiadas, fato que ocasionou o desaparecimento total do acervo do Gabinete – que, em certo momento, chegou a possuir cerca de 3.000 volumes. Em suma, não houve participação efetiva do livro no processo civilizatório das Alagoas daquele século, por ter o estado uma parcela da população letrada diminuta e o processo de acesso ao livro naquela instituição ter sido ínfimo.

O Gabinete de Leitura de Maceió configurou-se como uma ação altruísta, mas “viciada” pela cultura local, em que o monopólio era a palavra de ordem, ou seja, apenas serviu ao propósito civilizatório da elite, uma vez que, pelo que investigamos, aponta-se um cenário de não acesso à instituição pelos menos favorecidos.

Em um segundo momento, faremos um hiato um tanto extenso para falar do leitor em Alagoas hoje. Para tal, vamos trazer algumas informações de pesquisas sobre livros e leitura atuais, no sentido de atualizar – também – o perfil do leitor anteriormente mencionado, analisando como anda a situação de acesso à leitura e aos livros em Alagoas em 2025.

As Alagoas de hoje e o acesso aos livros e à leitura

Para reiniciar a conversa, claro, não vamos poder fazer um hiato centenário, ignorando as revoluções ocorridas no século XX. Em se tratando do nosso tema, houve ao menos duas grandes explosões em termos de informação no século passado: a explosão bibliográfica e a explosão tecnológica que popularizou as telas e deixou adolescentes e jovens viciados, inicialmente nos games, depois nos computadores tradicionais, que trouxeram novas versões dos mesmos jogos; a partir



daí, as telas foram diminuindo, chegando ao popular smartphone, em que, argumentam alguns, o jovem continua lendo na minúscula tela, uma vez que a internet, também popularizada a partir dos anos 2000, viabilizou esses acessos, acabando até com alguns acervos de referência em papel. Mas que leitura é essa?

Com o barateamento da tecnologia gráfica, hoje, também se publica muito mais, e todo mundo pode ser autor – mas isso não significa que toda essa montanha de livros que temos no mercado seja consumida, pois, apesar da grande oferta, o livro impresso continua caro. E o que dizer dos dispositivos eletrônicos onde se armazenam livros? São ainda mais dispendiosos. Há também um público novo, que lê na tela, mas até onde se pode mensurar essa leitura? Isso é objeto de outra pesquisa. Enfim, o século passado trouxe várias transformações no campo da cultura, da leitura e da educação.

Vamos pontuar também os programas de Governo que “estimulam” a leitura – embora não consigam nunca baixar o preço do livro. No âmbito da máquina pública, temos como exemplo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz para os alunos do ciclo básico ótimos referenciais como subsídio ao currículo escolar, além dos livros paradidáticos com clássicos da literatura e autores novos, para que a juventude saia da escola fundamental e média com um mínimo de conhecimento sobre a história da literatura nacional e universal. Mas, como já citamos, grande percentual desses aprendizes deixa a escola sem saber ler/escrever o básico, e o Governo ainda estimula que se finalizem os ciclos com uma “bolsa” para evitar a evasão. Então, o aluno que já vem em situação de aprendizado precário conclui o curso aos trancos e barrancos – a escola ajuda a empurrar, para aumentar seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – e temos safras e mais safras de não leitores nas ruas todos os dias. O que fazer?





Precisamos de uma reforma grande no sistema de ensino no Brasil, e isso é mote para outro grande estudo. Em linhas gerais, acreditamos que seria preciso, primeiro, zerar o índice de analfabetismo no País. Depois, tentar baratear o custo dos livros. O objeto livro poderia compor a propalada cesta básica, que hoje não dá para o pobre viver. Tudo acaba esbarrando na economia. Com o salário mínimo defasado por décadas, como se pode comer e ter livros? Por outro lado, será que as pessoas ditas de classe média leem com frequência? Veremos nos dados mostrados mais adiante.

Enfim, são muitos os entraves para que se constitua uma cultura de leitura no Brasil. E quando se trata de um estado do Nordeste, dito “o mais pobre entre os mais pobres”, o que fazer? Historicamente, os Governos não estimulam a leitura pelo motivo clássico: não querem uma população informada, melhor que seja uma turba alienada para ser manobrada. Prova cabal foi a eleição de um presidente totalitário em 2018, que praticamente dividiu a nação em duas metades, sendo que, nesse caso, não podemos atribuir ao índice de leitura, uma vez que havia muitos letrados do lado de lá, e tantos outros do lado do Governo de hoje. Não sabemos até onde a questão ideológica é baseada no índice de educação formal dos eleitores, sendo essa outra questão – que não está em discussão aqui.



Quais as maiores dificuldades de acesso à leitura para nosso leitor hoje?

Levando em conta também as transformações sociais por que passou nossa cidade nos últimos 100 anos, voltamos às hipóteses/teorias já citadas: o alto preço do livro em primeiro lugar. Mas como, se o acesso à informação e às bibliotecas melhorou muito no século passado? Se grande parte da população tem acesso à



internet, havendo, hoje, uma infinidade de aplicativos multitarefas, que exigem que o usuário tenha um mínimo de leitura para seu uso, aparece outra questão ou contradição: por que se lê muito nas telas em detrimento da leitura no livro?

Na virada do milênio, especulou-se que o livro impresso estaria com os dias contados, mas essa previsão não se confirmou. Pelo contrário: com o barateamento da tecnologia gráfica, tivemos um maior número de livros impressos a cada ano e os novos autores tiveram acesso a produções independentes com esse advento, como já dissemos. A questão crucial é a seguinte: por que a leitura em telas é tão mais atraente que a leitura livresca? É pela praticidade? Ou é um traço cultural mesmo, de uma sociedade que nunca teve “hábito” de leitura em seu desenvolvimento? Especialistas no assunto não gostam muito do termo hábito quando se trata de leitura – preferem dizer “gosto pela leitura” –, mas, para se tomar gosto, primeiramente, tem-se que estar com a barriga cheia, depois ter o espírito aberto, ter o exemplo do outro leitor e, por fim, ter acesso às possibilidades de leitura. As poucas bibliotecas públicas na cidade de Maceió corroboram a questão do não hábito cultural quando observamos suas estatísticas de frequência. Se chegarmos ao centro da cidade e perguntarmos a um passante aleatório onde fica a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, ele, invariavelmente, responderá que não sabe. Portanto, a questão é mais cultural do que de acesso, uma vez que a citada biblioteca está instalada no mesmo prédio desde 1865, o Palacete Barão de Jaraguá, na histórica Praça da Assembleia, no centro de Maceió.



Quem é nosso leitor hoje: tentativa de um perfil

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) encomendou uma pesquisa feita pela Nielsen Book Data englobando as regiões brasileiras, abrangendo os anos de 2023/2024. O dado mais alarmante



é o percentual de não compradores de livros dos últimos 12 meses: 86%. Isso não significa que essa população não seja leitora de alguma forma, posto termos acesso a livros em muitas bibliotecas em todo o País, e podendo esses leitores e leitoras fazer uso das telas para alimentar suas necessidades de informação. A pesquisa foca apenas no perfil de comprador/consumidor do mercado livreiro em papel e eletrônicos, o que torna esse panorama parcial, mas altamente significativo para nossa abordagem.

A referida investigação informa que 16% da população brasileira acima de 18 anos afirma ter comprado ao menos um livro nos últimos 12 meses. Comparado a outras atividades culturais, o livro foi a segunda categoria mais consumida, ficando apenas atrás de cinema. A maior parte dos consumidores comprou entre três e cinco livros nos últimos 12 meses. As mulheres representam 62% dos consumidores que compraram mais de 10 livros nos últimos 12 meses nesse período; 41% delas são da classe B e 39%, da classe C. As mulheres da classe B estão concentradas no Nordeste e as da classe C, no Sudeste.

Outro dado que muito chama a atenção é a maioria consumidora/compradora de livros estar nas chamadas classes B e C da população e ser formada, em sua maioria, por mulheres, o que comprova nossa tese sobre o alto custo do livro no Brasil. A classe C da população estudada é maior consumidora em números absolutos, o que é também um dado chamativo. Ou seja, a população classe A, onde ficou? Outra informação levantada que salta aos olhos de forma positiva é o fato de o Nordeste aparecer como campeão, com 15% do total geral de consumidores de livros. É um dado interessante para nossa região, visto ela sempre aparecer, historicamente, de forma muito negativa nos desempenhos culturais e sociais. A que se deve essa vitória agora?¹⁹

¹⁹ A pesquisa refere-se ao Nordeste em termos de penetração de compradores no total da população por região. Nesse sentido, a região atingiu 15% de compras de livros.



Os números recordes das festas literárias que reúnem cada vez mais pessoas Brasil afora podem ter dado a impressão de um lugar apaixonado por livros. Mas a euforia se esvai diante dos dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2024: pela primeira vez na história, o País tem mais não leitores (53%) do que leitores (47%) (Instituto Pró-Livro, 2024). E Alagoas, com apenas 39% da população cultivando o hábito da leitura, figura entre os estados que puxam esse índice para baixo.

Com apenas 39% da população lendo livros, Alagoas aparece acima de Paraíba (38%), Piauí (37%), Mato Grosso (36%) e Rio Grande do Norte (33%) no ranking nacional da leitura. O Nordeste concentra os piores índices do País, com exceção de Ceará (54%) e Pernambuco (46%). Com apenas 43% de leitores, a região viu seu índice cair cinco pontos percentuais em relação a 2019. O Rio Grande do Norte tem o pior índice do Brasil.

O resultado apontado pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2024 é catastrófico em vários níveis. De 2019 para cá, por exemplo, o País perdeu 6,7 milhões de leitores. Realizado a cada quatro anos, o estudo busca traçar um perfil do leitor brasileiro, acompanhando os níveis de leitura no País. Trata-se de uma pesquisa estatística: para se chegar aos resultados, é definida uma amostra proporcional aos habitantes dos estados e das regiões brasileiras. É identificado o perfil de cada entrevistado com base em fatores como faixa etária, escolaridade e renda e, a partir daí, a equipe faz uma estimativa populacional.

O estudo mostra, ainda, que **o brasileiro lê, em média, 3,96 livros por ano**, índice menor do que o registrado em 2019 (4,95 livros por ano). O livro preferido dos entrevistados também chama a atenção: a *Bíblia* dominou todos os índices da pesquisa, figurando em perguntas como “Qual foi o livro mais marcante que você leu?” ou “Qual o livro ou o gênero que você mais gosta?”.





A *Bíblia* aparece em primeiro lugar desde a primeira edição da pesquisa, em 2007. Os livros religiosos também são muito citados desde 2015. Na edição divulgada em 2024, os títulos evangélicos e espíritas são os mais escolhidos, enquanto os católicos enfrentaram uma leve queda.

Um dos motivos para não ler alegados pelo público entrevistado é a falta de tempo: 46% dos entrevistados declararam que não leram mais por esse motivo. E o que as pessoas estão fazendo no seu tempo livre? **A pesquisa apontou que 78% dos entrevistados gasta esse tempo na internet, seja acessando aplicativos como WhatsApp ou Telegram (71%) ou navegando pelas redes sociais (49%).** São significativos também os que assistem à televisão (71%), escutam música ou rádio (60%) ou assistem a vídeos ou filmes em casa (53%).

Quando perguntados se têm alguma dificuldade para ler, 18% responderam que leem muito devagar, 14% não têm concentração suficiente para ler e 8% afirmaram não compreender a maior parte do que leem, ou seja: 36% dos respondentes têm alguma dificuldade de habilidade para leitura. O resultado pode estar com consonância com o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf). Conforme o último levantamento, de 2018, o País tem cerca de 30% de analfabetos funcionais, entre analfabetos plenos e em nível rudimentar.

Os estados com os menores índices de leitura são Rio Grande do Norte (33%), Mato Grosso (36%), Piauí (37%), Paraíba (38%), Alagoas (39%), Sergipe, Amazonas e Mato Grosso do Sul (40%). O Nordeste detém os piores índices desde a primeira edição da pesquisa – apesar de, em 2024, o Ceará ter visto um aumento significativo de leitores.

A escola é o principal espaço para desenvolver o gosto pela leitura, mas 60% das escolas de ensino básico do Brasil não têm



uma biblioteca (Instituto Pró-Livro, 2024). O baixo percentual de professores que se declaram leitores também preocupa, e o hábito de leitura ainda é dificultado pela dupla jornada da profissão.

Alguns outros dados divulgados pelo estudo chamam a atenção: entre os que se declaram leitores, 31% afirmam ler livros inteiros e 26% dizem ler por gosto ou entretenimento. 66% dos entrevistados, no entanto, confessaram que largam os livros antes do final. Entre os que não leem, 34% afirmam que leriam se tivessem tempo, 33% revelam que não leem porque não gostam e 26% dizem que não leem por não ter paciência.

Considerações finais

A primeira consideração é de que, em sociedades arcaicas, o valor dado ao conhecimento e aos veículos de transmissão, produção e comunicação dele é uma “quimera”. Paradoxalmente, o livro figura como “totem”, isto é, tem uma força mágica. Destarte, fica a certeza da necessidade de se discutir a importância do livro e da leitura na constituição de uma civilização criativa e crítica.

O segundo ponto diz respeito ao fato de que a Biblioteca Pública Estadual tem sua história intimamente ligada ao Gabinete de Leitura, que foi seu embrião. A instituição também passou por diversas mudanças de sede até ser instalada no Palacete Barão de Jaraguá e, nessas sucessivas mudanças, houve extravios de seu acervo mais antigo, posto que lá não localizamos nenhum volume pertencente ao antigo Gabinete de Leitura. Esse fato perpassa um traço da cultura local (ou nacional?), em que as instituições públicas são desvalorizadas (e, ao mesmo tempo, desacreditadas) e, por isso, constantemente vilipendiadas, até ocorrendo privatização do público em muitos casos.





A terceira conclusão caminha no sentido de que a maioria da população, em sua ainda estreita mentalidade, acredita que um órgão público está à disposição de qualquer vontade particular e, assim, depreda-se o patrimônio, sem a menor consciência de que nós mesmos é que pagamos o preço de tal prejuízo. O próprio cidadão fica sem o bem que ele, muitas vezes, destrói, inconsequentemente, e que vem a lhe fazer falta em outro momento. Isso só prova que esse indivíduo não consegue sequer diferenciar o que é público do que é privado.

O quarto aspecto aponta que a cultura das letras era fortemente incentivada no interior da elite brasileira; entretanto, não conseguiu abranger a população nativa e pobre, pelo simples fato de que não existia acesso ou qualquer estímulo por parte dos agentes públicos para que tais parcelas do povo atingissem bens culturais e educacionais a um só tempo. Desse modo, ser “letrado” era um distintivo social, em que o detentor se destacava como “ilustre” e o não detentor, como “ignorante”, seguindo uma cultura eurocêntrica, modelo para o País na época.



Referências

ALAGOAS. **Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. Maceió: DEC, 1962.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2004.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. **Panorama do Consumo de Livros**: um estudo sobre o perfil e hábitos dos consumidores de livros no Brasil. Disponível em: https://17386021814242024_



Panorama20Consumo20Livros_Imprensa_V2.pdf/e-book. Acesso em: 10 mar. 2025.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade de. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 160-189, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/wMs5T76ZbSLzLq76HNCCxBn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bomfim. **Relatório da instrução pública e particular da província das Alagoas**. Maceió: Typ. do Bel. Felix da Costa Moraes, 1866.

HONORATO, Maylson. Alagoas é um dos estados que menos leem no Brasil, aponta pesquisa. **Gazetaweb**, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/cultura/alagoas-e-um-dos-estados-que-menos-leem-no-brasil-791990>. Acesso em: 10 mar. 2025.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil**: todas as edições. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/as-pesquisas-2>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LAURINDO, Ana Cláudia. **200 anos de Alagoas**: análise socioantropológica. Maceió: CBA, 2017.

MACEIÓ é a capital do NE que menos lê e tem o segundo pior desempenho no Brasil. **Gazetaweb**, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://>





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

www.gazetaweb.com/noticias/cultura/maceio-e-a-capital-do-ne-que-menos-le-e-tem-o-segundo-pior-desempenho-no-brasil. Acesso em: 10 mar. 2025.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Educação e instrução na província de Alagoas. In: GONDRA, José G.; SCHENEIDER, Omar (org.). **Educação e instrução nas províncias e na corte Imperial** (Brasil 1822-1889). v. 1. Vitória: Edufes, 2011. p.151-172.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a história da educação no Brasil 1834-1889. v. 1. São Paulo: CEN, 1939.

PEDRO II Imperador do Brasil. **Viagens pelo Brasil**: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859/1860. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo?**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANTOS, Roselito de Oliveira. **O livro e o processo civilizatório em Alagoas**: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

TARGINO, Maria das Graças. **Ranganathan continua em cena**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/Tb8frLSnBcpVYVnWZcGSNVJ>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TITARA, José Correia da Silva. Relatório da instrução pública e particular. In: SÁ E ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de. **Falla dirigida à Assembléia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária do anno de 1856**. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 04 abr. 2012.



SOBRE AUTORES/AS



Almiraci Dantas dos Santos

Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFAL, Bibliotecária com formação pela Universidade Federal de Alagoas, atriz, cerimonialista e contadora de histórias com a personagem tia Miroca. Profissionalmente assume os cargos de Supervisora

da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Alagoas, coordenadora do Sistema Alagoano de Museus e coordenadora do Comitê do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) em Maceió pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Conselheira do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED). Presidente e fundadora do Sindicato de Bibliotecários do Estado de Alagoas (SINBIBLIO) e Coordenadora do GT de elaboração do Plano Estadual do Livro e Leitura de Alagoas.





ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)



Franciane Monick Gomes de França

Mestra em Ciência da Informação (2023) pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). Graduada em Biblioteconomia (2012) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

No mesmo ano obteve o grau de

Especialista em Biblioteconomia, pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ). Bibliotecária do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) desde o ano de 2012. Interessada nos seguintes assuntos: censura a livros, literatura erótica, ética bibliotecária, memória e patrimônio.

franciane.monick@gmail.com

ID Lattes | ID Orcid



Giralaine da Silva Santos

Mestra em Ciência da Informação/PPGCI-UFAL. Bacharel em Biblioteconomia/ Universidade Federal de Pernambuco, especialização em Administração e Gerência de Serviços de Informação, Especialização em MBA Executivo em Marketing e Bibliotecária/Documentalista- UFAL.

**Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade**

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Graduada em Biblioteconomia pela UFPB. Professora Adjunta do Instituto de Ciências, Comunicação e Artes no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFAL).

**Ronaldo Ferreira de Araújo**

Pós-doutor pelo Science and Technology Studies (CWTS) na Leiden University, The Netherlands (2024). Doutor em Ciência da Informação (2015) e Mestre em Ciência da Informação (2009) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciência da Informação (2006) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Foi professor visitante no Departamento de Jornalismo



ROSELITO DE OLIVEIRA SANTOS (Org.)

e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto (2012). É Professor Adjunto do Curso de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFAL) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-GOC/UFMG). Líder do Laboratório de Estudos Métricos da Informação na Web (Lab-iMetrics) e do Grupos de Pesquisa em Política e Tecnologia da Informação e Comunicação (GPoliTICs). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Editor do periódico científico Ciência da Informação em Revista. Consultor Ad Hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Áreas de interesse: Estudos métricos da informação na web; Cibermetria; Altmatria; Mediação da informação em ambientes digitais; Internet e Política; Regime de informação em contextos digitais. <http://orcid.org/0000-0003-0778-9561>.



Roselito de Oliveira Santos

Bibliotecário. Especialista em Arquiologia. Mestre em Educação – UFAL. Tem interesse por História da Educação e da Leitura em Alagoas. Publicou: Fragmentos memoriográficos do gabinete de leitura de Maceió; além de outros títulos na área de ficção, poesia e crônicas. oliroselito@gmail.com



Valter dos Santos Andrade

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL). Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bibliotecário do Sistema de Bibliotecas da Universidade

Federal de Alagoas (SIBI/UFAL), atuando no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas (RIUFAL).



A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados às revisões ortográficas e de normalização (ABNT). Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.

O livro *A Ciência da Informação em sua Multidisciplinaridade: perspectivas da mediação da informação* apresenta pesquisas desenvolvidas por egressos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) como parte de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, evidenciando distintas abordagens e olhares sobre a área da Ciência da Informação.

ISBN: 978-65-5624-486-0



9 786556 124486 0